



**Vilma Daniela
Marques Maia**

Conservadorismo: Análise bibliométrica



**Vilma Daniela
Marques Maia**

Conservadorismo: Análise bibliométrica

Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Contabilidade ramo fiscalidade, realizada sob a orientação científica da Doutora Graça Maria do Carmo Azevedo, Professora Coordenadora no Instituto Superior de Contabilidade e Administração da Universidade de Aveiro e do Doutor Jonas da Silva Oliveira, Professor Auxiliar no ISCTE *Business School* – Instituto Universitário de Lisboa.

agradecimentos

À Professora Doutora Graça Azevedo e ao Professor Doutor Jonas Oliveira, meus orientadores, pela sua paciência, orientação, conselhos e críticas, mas, em especialmente pelo incentivo num momento de desânimo.

À minha família, amigos e colegas, pelo apoio incondicional, incentivo e compreensão.

o júri

Presidente	Prof. Doutora Carla Manuela Teixeira de Carvalho Professora Adjunta da Universidade de Aveiro
Arguente	Prof. Doutora Ana Maria Alves Bandeira Professora Adjunta do Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto
Orientador	Prof. Doutora Graça Maria do Carmo Azevedo Professora Coordenadora S/Agregação da Universidade de Aveiro

palavras-chave

Conservadorismo condicional, conservadorismo incondicional, medidas de conservadorismo

resumo

O conservadorismo é definido de duas formas, ou seja, condicional e incondicional. O condicional decorre do registo assimétrico das “boas notícias” e das “más notícias” nos resultados e o incondicional decorre da discricionariedade existente nas próprias normas.

Neste contexto, o principal objetivo desta dissertação consiste em descrever e analisar o processo de investigação contabilística do conservadorismo, de 2008 a 2018, baseado numa abordagem de análise do conteúdo. A realização de um estudo nesta área revela-se essencial para complementar o saber.

Os resultados obtidos no estudo confirmam a presença de uma carência na investigação contabilística relativamente ao conservadorismo, apesar de, nos últimos anos, se ter provado um avanço progressivo e um forte interesse. Contudo, verifica-se um maior interesse na investigação sobre o conservadorismo condicional e um baixo número de medidas propostas sobre o conservadorismo incondicional. No entanto, esta temática ainda representa uma área a ser explorada na literatura contabilística.

keywords

Conditional Conservatism, Unconditional Conservatism, Conservative Measures

abstract

Conservatism is defined in two ways, that is, conditional and unconditional. The conditional results from the asymmetric registration of "good news" and "bad news" in the results and the unconditional given by the discretion in the norms.

In this context, the main objective of this dissertation is to describe and analyze the process of accounting research of conservatism, from 2008 to 2018, based on a content analysis approach. The realization of a study is essential to complement this knowledge.

The results obtained in this study confirm the presence of a lack of accounting research in relation to conservatism, although in recent years a progressive advance and a strong interest have been demonstrated. However, there is a greater interest in research on conditional conservatism and a small number of proposed measures on unconditional conservatism. However, this theme still represents an area to be explored in the accounting literature.

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Definição de Conservadorismo: por autor.....	9
Tabela 2 - Medidas de Mensuração do Conservadorismo – Classificação por Autores	11
Tabela 3 - Citações por autor.....	25
Tabela 4 - Medidas de conservadorismo: citações por autor	27
Tabela 5 -Artigos publicados por país	32
Tabela 6 - Medidas citadas, por autor.....	38

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Conservadorismo.....	6
Figura 2 – Evolução do número de artigos publicados (%)	31
Figura 3 – Evolução do conservadorismo por tipo de documentos	31
Figura 4 – Evolução do conservadorismo por Autor	33
Figura 5 – Evolução do conservadorismo condicional	34
Figura 6 – Evolução do conservadorismo condicional por número de artigos publicados por país	34
Figura 7 – Evolução do conservadorismo incondicional	35
Figura 8 – Evolução do conservadorismo condicional por número de artigos publicados por país	35
Figura 9 – Comparação do Conservadorismo Condicional Vs Incondicional	37

LISTA DE ABREVIATURAS

CR	– Conservatism ratio
ER	– Financial Accounting Standards Board
IASB	– International Accounting Standards Board
IC	– Índice de Conservadorismo
LL	– Lucro líquido
MTB	– Market-to-book
NOA	– Net Operating Assets
PL	– Produto líquido

Agradecimentos.....	III
Resumo	V
Abstract.....	VI
ÍNDICE DE TABELAS	VII
ÍNDICE DE FIGURAS	VIII
LISTA DE ABREVIATURAS	IX
ÍNDICE	X
1. INTRODUÇÃO	1
2. ENQUADRAMENTO.....	4
3. REVISÃO DA LITERATURA.....	7
3.1 O QUE É O CONSERVADORISMO CONTABILÍSTICO	7
3.2 MEDIDAS DE MENSURAÇÃO DO CONSERVADORISMO.....	10
3.3 CONSERVADORISMO CONDICIONAL EX-POST	12
3.4 CONSERVADORISMO INCONDICIONAL EX-ANTE	20
3.5 CONSERVADORISMO CONDICIONAL VS INCONDICIONAL	25
4. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO	29
5. RESULTADOS	30
5.1. EVOLUÇÃO DA INVESTIGAÇÃO EM CONSERVADORISMO CONTABILÍSTICO	30
5.2. EVOLUÇÃO DOS TIPOS DE CONSERVADORISMO	33
6. CONCLUSÃO.....	39
7. BIBLIOGRAFIA	41

1. INTRODUÇÃO

De acordo com LaFond e Watts (2008) e Ahmed et al., (2002) a investigação sobre o conservadorismo contabilístico é feita a pedido de credores, sendo esta a principal razão para que as empresas adotem políticas contabilísticas conservadoras. Por outro lado, outros autores (Ball e Shivakumar, 2006; Watts, 2003a; Watts, 2003b) apontam que o conservadorismo sofre influência tanto das políticas regulatórias, como dos litígios, tributação e relações contratuais das empresas. O conservadorismo contabilístico pode modificar não só os resultados da empresa, mas também a qualidade da informação nos relatórios contabilísticos.

Posturas conservadoras podem induzir a mudança da política de dividendos de uma empresa; pode também alterar o processo de capitalização, uma vez que pode interferir nas informações prestadas aos investidores; interferir ainda na política de bónus a gestores, ou mesmo na definição da vida útil de um ativo fixo, elevando ou reduzindo os resultados. Todos estes factos, podem assim comprometer as informações prestadas a todos os *stakeholders*. Para determinados utentes, saber se uma determinada empresa ou setor pratica conservadorismo contabilístico, pode resultar em decisões que podem comprometer a vida da empresa a médio e longo prazo.

Estas são algumas das razões que originaram estudos sobre o conservadorismo, onde os investigadores utilizaram diversas metodologias para sustentar as suas conclusões.

Com o intuito de analisarmos quais os tipos de conservadorismo estudados, qual a metodologia associada a cada tipo de conservadorismo, quais os autores, quais as métricas utilizadas e quais as principais publicações que divulgam tais discussões, definimos como principal objetivo desta dissertação a análise do processo de investigação contabilística do conservadorismo, nos últimos dez anos (de 2008 a 2018), tendo por base, a análise do conteúdo.

Apesar de existirem autores que descrevem as medidas de mensuração do conservadorismo nos seus estudos (Wang, 2009; Gokmen, 2013; Ruch & Taylor, 2015; Mora & Walker, 2015), estes são limitados, pois referem-se sempre às “mais divulgadas”, não procurando identificar quais seriam as outras medidas, as suas diferenças e conclusões, com exceção de Zhong e Li (2016), que identifica algumas medidas, comentadas no decorrer desta investigação.

Esta dissertação difere de outras pesquisas sobre conservadorismo porque alarga o nível de estudo sobre as medidas de mensuração existentes, apresenta um conjunto de diversas medidas, identificando-as nas classificações correntes do conservadorismo, avalia os tipos de empresas que são estudadas pelas medidas, além de relatar possíveis deficiências e limitações de aplicação. Os diversos *stakeholders* podem assim beneficiar deste estudo, pois facilmente poderão encontrar e identificar uma medida que melhor atenda os seus objetivos na empresa, setor económico ou país, bem como para os investigadores que poderão ter uma base para os seus estudos sobre o conservadorismo contabilístico.

Mensurar o conservadorismo implícito nas Demonstrações Financeiras é um desafio que tem mobilizado diversas investigações no sentido de encontrar a metodologia que evidencie melhores resultados. Não existe neste momento um modelo geralmente aceite sendo, contudo, o modelo Basu (1997) o mais utilizado em trabalhos empíricos pelos investigadores.

Esta problemática leva à seguinte questão de investigação: de que forma se desenvolveu a investigação contabilística sobre o conservadorismo nos últimos anos?

O presente trabalho seguirá a estrutura a seguir descrita, sendo composto por seis capítulos, de entre os quais: Introdução, Enquadramento teórico, Revisão da literatura, Metodologia, Resultados e Conclusão.

Em suma, caberá a cada um dos capítulos o seguinte conteúdo:

- Introdução: na qual se insere uma descrição sumária de todo o trabalho, com um enquadramento geral, as motivações e objetivos de estudo e ainda uma descrição da estrutura da Dissertação;
- Enquadramento teórico: breve definição de conservadorismo e sua história.
- Revisão da literatura; revisão bibliográfica sobre o conservadorismo, conceitos teóricos, trabalhos mais relevantes e evidências empíricas para as práticas de conservadorismo.
- Metodologia de investigação; descrição da metodologia utilizada no presente estudo que consiste numa revisão bibliométrica de forma analisar a evolução da investigação em conservadorismo contabilístico.
- Resultados: apresentação dos resultados e respetivas conclusões acerca da evolução da investigação do conservadorismo contabilístico.

- Conclusões: à luz dos resultados obtidos, descreveremos as conclusões finais, não esquecendo as limitações do presente trabalho, assim como referindo algumas hipóteses em aberto para futuros estudos, neste mesmo âmbito.

2. ENQUADRAMENTO

O conservadorismo contabilístico pode ser visto de duas perspetivas (Santos, 2009, p. 7) “a primeira pelo reconhecimento assimétrico das boas notícias e más notícias nos resultados contabilísticos, isto é, os contabilistas refletem as perdas económicas mais rápido que os ganhos económicos, e a segunda pela flexibilidade e discricionariedade existente nas normas contabilísticas, que permite, um certo grau de interpretação no método contabilísticos a adotar aquando o reconhecimento de determinada operação”.

Determinadas decisões sobre a seleção do método de depreciação dos ativos, podem vir a gerar decisões diferentes entre os contabilistas, sendo estas mais ou menos conservadoras. Assim, o conservadorismo pode ser considerado como o diferencial do reconhecimento do lucro contra as perdas. De acordo com Bliss, (1924, p. 110) “(...) the old and conservative rule of accounting and business practice is to anticipate no profits and provide for all probable losses. No sounder advice for business conduct has been written”. Por outro lado, para alguns autores (LaFond e Watts, 2008; Ahmed et al, 2002) o conservadorismo contribui para mitigar problemas de agência, quando reduz conflitos entre proprietários e acionistas e políticas de dividendos.

O conservadorismo remota ao início do século XV (Dickhaut, Basu, McCabe, e Waymire, 2010). Littleton (1941), também faz referência a registos sobre depreciação, definição entre valores de custo ou do mercado desde o início de séc. XV, factos que podem ser considerados percussores da prática do conservadorismo contabilístico. Devine (1963), discute conceitos sobre conservadorismo apontando atitudes conservadoras não só para os envolvidos na contabilidade, mas citando outras áreas. Para Sterling (1967, p. 131), “The history of accounting development produces a natural propensity toward conservatism”. Assim, podemos considerar o conservadorismo como uma prática contabilística adotada há centenas de anos. Apesar disso, não se tem até os dias de hoje, consenso entre os investigadores sobre o melhor uso de sua prática, definição, mensuração e utilidade na contabilidade. O próprio *International Accounting Standards Board* (IASB) chega ao ponto de apontar o abandono de sua utilização nas normas contabilísticas e posteriormente reabrir o debate sobre seu uso, com a

característica da prudência, o que gerou e ainda gera uma série de discussões (IASB, 2010, 2013, 2015; Mora e Walker, 2014).

Gökmen (2013), classifica as pesquisas sobre conservadorismo em três grupos de estudos: a) os que examinam o conservadorismo e seus vários atributos; b) os internacionais e, c) os que analisam a mudança no conservadorismo ao longo do tempo. Por outro lado, Moura e Walker (2015) analisam o conservadorismo destacando as potencialidades, evidenciando como os padrões contabilísticos podem ser adaptados para permitir alguma flexibilidade na opção por uma contabilidade conservadora. Ruch e Taylor (2015) analisam os efeitos do conservadorismo sobre as demonstrações financeiras e seus utilizadores. Avaliam principalmente como o conservadorismo afeta a qualidade dos rendimentos, a persistência dos ganhos e a presença de gerenciamento de resultados; Zhong e Li (2016) consideram que o conservadorismo é necessário para mitigar os custos de agência nas empresas. Separa as medidas entre as que incluem medidas de balanço, de declaração de renda e medidas de relação de ganhos/retorno de estoque.

O conservadorismo é classificado de diferentes formas. Ball, Kothari, e Robin, (2000) e Chandra, (2011) classificam-no como “income conservatism” e “balance sheet conservatism”. Chandra (2011) aponta a divisão entre conservadorismo condicional e incondicional como consequência do “income conservatism”. Tal divisão parece não ser adotada por outros investigadores, onde a adoção da divisão entre conservadorismo condicional e incondicional, sem referência ao “income conservatism” seja a mais utilizada (Ball e Shivakumar, 2005; Beaver e Ryan, 2005; Basu, 2005; Ashton e Wang, 2010). No entanto, existem autores que ainda utilizam outra subdivisão, como conservadorismo ex-ante e ex-post (Beaver e Ryan, 2005; Pope e Walker, 2003). Outros autores também assumem esta divisão de ex-ante e ex-post ou usam sozinha a divisão de condicional e incondicional (Chan, Lin e Strong, 2009; Ruch e Taylor, 2011; Pae, 2007). Foi identificado ainda a existência de outros investigadores que classificam o conservadorismo em “news independent” e “news dependent” (Beaver e Ryan, 2005; Chandra, Wasley e Waymire, 2004).

Na pesquisa realizada, foi percebido que a mais adotada entre os investigadores é a divisão entre conservadorismo incondicional e condicional. A diferença entre conservadorismo incondicional e condicional é, segundo Basu (2005, p. 313) “(...) that the former only utilizes information known at the inception of the asset’s life;

whereas conditional conservatism utilizes, and hence reveals, information when it is received in future periods”. Importante também destacar que alguns estudos sugerem uma relação sistemática negativa entre o conservadorismo incondicional e o condicional (Richardson e Tinaikar, 2004; Beaver e Ryan, 2005; Qiang, 2007; Ahmed e Henry, 2012).

O conservadorismo condicional também é considerado como reconhecimento mais rápido das perdas sobre os resultados do que os ganhos, denominado também de assimetria dos retornos atuais (Ryan, 2006; Basu, 1997; Beaver e Ryan, 2005; Brown, He, e Teitel, 2006). Como exemplo de conservadorismo condicional podemos apontar o registro do menor custo, entre o valor de mercado ou o valor histórico.

Já o conservadorismo incondicional pode ser entendido como reconhecer menores valores mais baixos para o patrimônio líquido, como uma tendência contabilística. Resulta na subavaliação do ativo líquido (Brown et al., 2006). Por outro lado, para Mora e Walker (2014, p. 9), o nível de conservadorismo incondicional não é “(...) related to news flow about the performance of assets in place”. Exemplos de conservadorismo incondicional incluem a depreciação acelerada, contabilização das despesas de pesquisa e desenvolvimento, propaganda e publicidade (Balachandran e Mohanram, 2011; André, Filip, e Paugam, 2013).

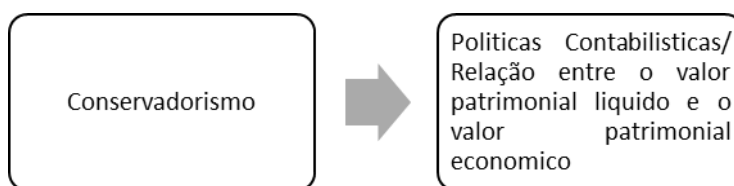
3. REVISÃO DA LITERATURA

3.1 O QUE É O CONSERVADORISMO CONTABILÍSTICO

O conservadorismo surge da necessidade da contabilidade exigir um maior grau de verificação das boas e más notícias para reconhecê-las como lucro, uma das características qualitativa da informação contabilística, a oportunidade, pode interferir no retorno económico por estar relacionado com o conservadorismo.

O conservadorismo é definido como: uma reação prudente à incerteza para tentar assegurar que incertezas e riscos inerentes a situações de negócios são considerados adequadamente, segundo a norma *Accounting Principles Board Statement (APB) No. 4*, publicada em outubro de 1970 (figura 1), o conservadorismo é visto como:

Figura 1 – Conservadorismo



Fonte: Elaboração própria

Conservadorismo contabilístico pode ser definido como um conjunto de políticas/tendências contabilísticas que resultam de uma diminuição do valor capital próprio comparativamente ao valor patrimonial económico.

A definição tradicional de conservadorismo é dada por Basu (1997), como exigindo um nível de verificação mais elevado no reconhecimento de boas notícias como ganhos do que comparado com o reconhecimento de más notícias como perdas. Esta definição teve um impacto significativo no conservadorismo contabilístico tendo mudado o foco do balanço para os resultados apresentados. Segundo Watts (2003) quanto maior a diferença no nível de verificação dos ganhos em relação às perdas, maior é o nível de conservadorismo usado.

O primeiro debate sobre conservadorismo contabilístico ocorreu em 1939, entre Stephen Gilman e Kenneth MacNeal, onde debateram a base de avaliação dos ativos apresentados nos relatórios financeiros. Stephen Gilman defende a necessidade de usar o custo histórico e Kenneth MacNeal defende que os ativos devem ser apresentados ao

valor de mercado a partir da data de aquisição. Stephen Gilman considera ainda que não devemos ter em conta a norma de acordo com a qual os ativos devem ser declarados pelo menor valor de custo ou de mercado, considerando esta prática como distorcida e não conservadora. Kenneth MacNeal considera que os balanços devem divulgar informação importante, como, apresentar ativos pelo seu valor de mercado e apresentar vários métodos de determinação do seu valor (Zeef, 1982).

Basu (1997) mostra que existem praticas contabilísticas conservadoras desde o século XV nas parcerias comerciais.

A principal função da contabilidade é capturar informação que pode ser usada para determinar o valor do património de uma empresa e tomar decisões de investimento. De uma outra perspetiva, pode ser vista como uma ferramenta que permite às partes contratantes avaliar a eficiência e eficácia com as quais as obrigações são realizadas.

A avaliação do custo e benefício do conservadorismo contabilístico depende em grande parte da perspetiva que é dada à informação contabilística, sendo que a informação que é desejável para uma perspetiva pode ser de pouco valor para outra.

O conservadorismo contabilístico pode não só influenciar os resultados das empresas como comprometer a qualidade da informação contida dos relatórios.

O Conselho de Normas de Contabilidade Financeira (FASB) não inclui o conservadorismo como um dos critérios qualitativos característicos do relatório financeiro no seu quadro conceitual porque considera que o conservadorismo prejudica a informação contabilística e compromete a neutralidade (FASB, 2010).

Alguns investigadores (Gigler, Kanodia, Sapa e Venugopalan, 2009; Guay & Verrecchia, 2006) consideram que o conservadorismo prejudica os resultados das demonstrações financeiras que se traduz numa tomada de decisão ineficiente.

Em oposição às opiniões anteriores temos autores que consideram que o conservadorismo contabilístico surge de forma natural entre contratantes e que é necessário como mecanismo de informação eficiente (Basu, 1997; Watts, 2003).

Existem dois tipos de conservadorismo, o condicional ou “notícias dependentes” (ex-post) e o incondicional ou “notícias independentes” (ex-ante).

Embora a nível internacional a literatura sobre a temática do conservadorismo seja bastante vasta, a nível nacional a investigação nesta área ainda é pouco expressiva. Destacamos o trabalho desenvolvido por Ferreira et al., (2007) que mensura o conservadorismo condicional presente nas demonstrações financeiras numa amostra de (180) empresas não financeiras, cotadas na bolsa de valores de Lisboa, no período de 1994-1998 e o trabalho de Lima et al., (2009) sobre a presença de conservadorismo nos resultados contabilísticos dos bancos portugueses no período de 2000-2007.

Encontramos também no contexto nacional, alguns trabalhos que abordam a relação entre o conservadorismo e a manipulação de resultados, nomeadamente de Moreira (2006) sobre o impacto do conservadorismo condicional, reconhecimento assimétrico das boas notícias e más notícias, como incentivo à manipulação de resultados, embora não use, empiricamente uma amostra de empresas portuguesas.

Definição	Autor
Nenhuns proveitos são antecipados, mas sim todas as perdas, surge necessidade das demonstrações financeiras requerem um maior grau de verificação no reconhecimento das boas das más notícias	Basu, 1997
Cuidado que os gestores têm em registar possíveis perdas ou ganhos, adotando um tratamento assimétrico	Moreira, 2006
Pátria contabilística de sobrevalorização de ativos nas boas e más notícias, incentivando à manipulação de resultados.	Penman, 2007
Ferramenta para enfrentar o risco moral, pode conter o comportamento oportunista dos gestores, reportando resultados que lhes sejam benéficos.	Watts, 2008
Permite reduzir a assimetria e proteger os acionistas da expropriação de recursos ou pagamentos de remunerações em excesso aos acionistas.	Almeida, 2010

Tabela 1 - Definição de Conservadorismo: por autor

O conservadorismo contabilístico pode ser identificado como uma prática normal dos profissionais da contabilidade, considerando que dificilmente estes reconheceriam antecipadamente nos relatórios financeiros valores de especulação financeira, ganhos com o cálculo do valor presente de futuras oportunidades de crescimento de um ativo,

como é o caso do conservadorismo. Determinadas decisões sobre a seleção do método de depreciação dos ativos, podem vir a gerar decisões diferentes entre os contabilistas, sendo estas mais ou menos conservadoras. Assim, o conservadorismo pode ser considerado como o diferencial do reconhecimento do lucro contra as perdas. De acordo com Bliss, (1924, p. 110) “(...) the old and conservative rule of accounting and business practice is to anticipate no profits and provide for all probable losses. No sounder advice for business conduct has been written”. Por outro lado, para alguns autores (LaFond e Watts, 2008; Ahmed et al, 2002) o conservadorismo contribui para mitigar problemas de agência, quando reduz conflitos entre proprietários e acionistas e políticas de dividendos.

3.2 MEDIDAS DE MENSURAÇÃO DO CONSERVADORISMO

As principais medidas de mensuração do conservadorismo, identificadas na revisão da literatura estão sintetizadas na tabela 2 – Medidas de Mensuração do Conservadorismo – Classificação por Autores.

Condicional (ex-post ou new dependent)	Incondicional (ex-ante ou new independent)
Ball e Shivakumar (2005)	Beaver e Ryan, (2000)
Basu, (1997)	Givoly e Hayn, (2000)
Callen, Segal e Hope, (2010)	Penman e Zhang (2002)
Caskey e Peterson (2014)	
Cotter e Donnelly (2006)	
Dichev e Tang (2008)	
Easton e Pae (2004)	
Gotti (2008)	
Gray, (1980)	
Khan e Watts (2009)	
Lee (2011)	
Pope e Walker, (1999)	
Wang (2009)	

a)Tendo por base a Tabela 1, verificamos que: 1) a medida de Gray (1980) não é apontada por outros autores como medida de conservadorismo, porém, foi incluída nesta lista em função de indicar, aquando da mudança de normas contabilísticas, no mesmo ano, se a alteração foi mais ou menos conservadora; 2) não foram incluídas na tabela as medidas apontadas por Beaver e Ryan (2005) que, segundo os autores, conseguem identificar a natureza e interações entre o conservadorismo condicional e incondicional. Como neste estudo os autores apresentam a interação entre os tipos de conservadorismo, não foram realizados comentários sobre essas medidas; 3) Foi identificada uma outra medida, de Lee (2011) que não foi detalhada, mas comentada na avaliação de Dichev e Tang (2008); 4) também foi identificada uma medida proposta por Gotti, (2008), mas por não terem sido encontrados estudos que a utilizassem, não foi detalhada nem na tabela 1, nem nos comentários.

Tabela 2 - Medidas de Mensuração do Conservadorismo – Classificação por Autores

A seguir, enfatizamos as medidas identificadas na literatura que procuram identificar o conservadorismo, separado entre o conservadorismo condicional e incondicional. Este estudo vai além das medidas analisadas por Zhong e Li (2016), pois os autores identificaram oito medidas, quando nesta revisão, foram identificadas dezasseis.

Não realçamos todas as medidas apresentadas na tabela 2 porque alguns autores propuseram medidas de conservadorismo, mas não foram citados, ou foram pouco citados na análise efetuada, pelo que a sua referência deixa de ter sentido. Estão nesta situação as medidas propostas por Caskey e Peterson, (2014); Cotter e Donnelly,

(2006); Gotti, (2008) e Wang, (2009). A medida de Lee (2011) é brevemente citada juntamente com os comentários relativos à medida de Dichev e Tang (2008)

3.3 CONSERVADORISMO CONDICIONAL EX-POST

O conservadorismo condicional está relacionado com a tendência da contabilidade em exigir uma maior verificação das boas notícias para reconhecê-las no resultado comparativamente com as más notícias, segundo a definição tradicional, Bliss (1924).

Beaver e Ryan (2005) consideram este tipo de conservadorismo ocorre quando os valores contabilísticos são reconhecidos “abaixo” por motivos adversos, mas não são reconhecidos “acima” por motivos favoráveis, sendo este último comportamento conservador.

Ball e Shivakumar (2005), partindo do modelo de Basu (1997) desenvolveram uma medida de mensuração do conservadorismo condicional. Enquanto que o modelo de Basu é aplicado somente a empresas com valores cotados este modelo pode ser aplicado a empresas com valores não cotados. Para tal testaram a medida através da sua aplicação a empresas cotadas e não cotadas do Reino Unido. Primeiramente identificaram os ganhos e perdas de componentes transitórios no lucro contabilístico e depois exploraram o reconhecimento oportuno de perdas económicas por meio dos acréscimos contabilísticos.

Apresentaram dois modelos:

- *Modelo Times-series test of timeliness in loss recognition*: identifica componentes de ganhos e perdas transitórios no lucro contabilístico e foi modificado para comparar empresas cotadas e não cotadas.

$$\Delta NI_t = \alpha_0 + \alpha_1 D\Delta NI_{t-1} + \alpha_2 \Delta NI_{t-1} + \alpha_3 D\Delta NI_{t-1} \times \Delta NI_{t-1} + \epsilon_{it} \quad (eq. 01.1)$$

Onde,

ΔNI é a mudança no resultado (alternativamente definido como incluindo e excluindo itens extraordinários e excepcionais) do ano fiscal $t-1$ a t , escalados pelo início do valor contabilístico dos ativos totais. $D\Delta NI_{t-1}$ é uma variável dummy que toma o valor 1 se o ΔNI mudança do ano anterior for negativo.

- *Modelo Accruals-based test of loss recognition*: quando as perdas económicas são reconhecidas como encargos não realizados o papel conservador dos accruals é incorporado.

$$ACC_t = \beta_0 + \beta_1 DCFO_t + \beta_2 CFO_t + \beta_3 DCFO_t \times CFO_t + \epsilon_t \quad (eq. 01.2)$$

Onde,

ACC_t = accruals = Δ inventário + Δ devedores + Δ outros ativos correntes - Δ credores - Δ outros passivos correntes – depreciações; CFO_t = cash flow período t ; $DCFO_t$ = variável dummy, assume 0 se $CFO \geq 0$ e 1, caso contrário.

Para esta medida de mensuração destacam se estudos sobre conservadorismo entre países (Kanagaretnam, Lim e Lobo, 2014), e internamente nos países; (Ahmed e Henry, 2012; Khalifa e Othman, 2015; Kwon, Lee e Ki, 2012). Não foram identificadas críticas ao modelo Ball e Shivakumar. Contudo, o excesso de dados necessários para identificar e executar a equação 1.2 acima, pode ser uma desvantagem para a sua aplicação e uso no estudo e análise isolada entre setores de empresas no mesmo país e em um longo período de tempo.

O modelo proposto por Basu (1997) é a medida mais utilizada para avaliar o conservadorismo condicional contabilístico. Este modelo parte do princípio que no momento do reconhecimento de uma perda futura contida no lucro de uma determinada empresa, o mercado reconhece essa perda oportunamente no retorno das ações. De acordo com o autor, ao inserir uma variável Dummy no modelo, esta vai interagir com outras variáveis, de forma a captar o grau de ligação entre o retorno da ação e o resultado contabilístico, manifestando a diferença das empresas que tiveram retornos negativos das que tiveram retornos positivos. Considerando o pressuposto da existência do conservadorismo, o modelo contabilístico adotado seria mais oportuno para se reconhecer as “más notícias” do que reconhecer às “boas notícias”, visto que o retorno

positivo de ações é considerado “boas notícias” e o retorno negativo, “más notícias”. Ou seja, esta premissa considera que a expectativa dos utilizadores em relação ao futuro da empresa, seria um reflexo do comportamento das ações, onde “boas notícias” gerariam retornos positivos da ação e “más notícias”, retornos negativos. Assim, para o modelo contabilístico que avalia o conservadorismo, seria mais oportuno o reconhecimento das “más notícias”, em comparação com as “boas notícias”.

$$\frac{X_{it}}{P_{it-1}} = \alpha_0 + \alpha_1 DR_{it} + \beta_0 R_{it} + \beta_1 R_{it} DR_{it} + \epsilon_{it} \quad (eq.02)$$

Onde,

X_{it} é o lucro por ação da empresa i no ano t ; P_{it-1} é o preço por ação no início do ano; R_{it} é o retorno da empresa i no ano t , calculado da seguinte forma: $P_{it} - P_{it-1}$; DR_{it} é uma variável *Dummy* que assume valor 1 quando $R_{it} < 0$ e 0 em outras situações; ϵ_{it} é o erro da regressão.

Vários autores que efetuaram estudos sobre o conservadorismo utilizando o modelo de Basu (1997), isoladamente ou em conjunto com outras medidas, comentadas. Ahmed e Henry (2012) analisaram a relação entre a adoção voluntária de mecanismos de gestão e conservadorismo na bolsa de valores australiana, além de Balkrishna, Coulton e Taylor, (2007) terem identificado fortes indícios do conservadorismo condicional naquele país, da mesma forma que Lai, Lu e Shan, (2013).

Blunck, (2013) encontrou resultados que sugerem que as empresas relatam conservadorismo por uma série de razões e que seria improvável apenas uma definição do conservadorismo para explicá-lo para todas as empresas; Gassen, Fülbier e Sellhorn, (2006) demonstraram que as diferenças entre países no conservadorismo condicional são influenciadas pelos efeitos de outras propriedades da contabilidade, predominantemente “*smoothing*” dos resultados; Zhang, (2008) demonstrou que o pedido de relatórios financeiros conservadores difere entre os credores e acionistas, que os credores oferecem taxas de juros mais baixas para os mutuários mais conservadores. Yu, (2013) destacou o interesse de se considerarem as características dos “blockholder” em pesquisas sobre o conservadorismo contabilístico e o governo das sociedades; Wang, (2013) destaca que o conservadorismo desempenha um papel econômico

importante na redução da assimetria de informação no mercado de capitais, relacionado com o risco operacional das empresas; LaFond e Watts (2008) destacaram que o conservadorismo é uma resposta de equilíbrio para mitigar as reduções de valores decorrentes das assimetrias de informação nas empresas. Além desses estudos, observamos outros que ligam o conservadorismo e a fraude (Alam e Petruska, 2012); conservadorismo e custo de capital (André et al, 2013); Conservadorismo e relação com os “debtholders” (Aier, Chen e Pevzner, 2014); Conservadorismo e remuneração baseada em ganhos (O’connell, 2006); Previsões dos analistas financeiros e conservadorismo (Ouyang & Wan, 2013).

Existem algumas críticas na literatura sobre o modelo mais utilizado - Basu (1997). Para Wang (2009), a principal crítica seria o viés causado pelo risco de incumprimento. Já para Givoly, Hayn e Natarajan, (2007), Dietrich, Muller III e Riedl (2007) e Patatoukas e Thomas, (2011), o modelo de Basu (1997) apresenta algumas falhas, inclusive no que diz respeito aos valores de mercado. Mas, pesquisas posteriores, realizadas por Ball, Kothari e Nikolaev, (2013) e Ball, Kothari e Nikolaev, (2013), afirmam que problemas de variáveis omitidas são problemas típicos de investigação empírica, mas que isso não implica que todas as provas de antecipação assimétrica e que o conceito de conservadorismo condicional em Basu (1997) seja equivocado e que possíveis vieses apresentam várias soluções simples; Brauer e Westermann, (2013), propõem um teste alternativo a medida de Basu (1997), relacionado com o teste de raiz unitária de Enders e Granger (1998). Argumentam que uma regressão de alterações nos rendimentos sobre os lagged levels— rather than lagged changes— incluindo um termo de interação para valores negativos, possui vantagens conceituais em comparação com o convencional. Afirmam que, enquanto a maioria da literatura relata evidência mista sobre impactos positivos, encontram provas claras de que estes impactos positivos são transitórios também, onde ocorrem maiores erros na especificação de Basu (1997); Roychowdhury e Watts, (2007) sugerem que a medida de Basu “*is biased downwards when both positive and negative returns are driven by changes in rents*”.

Dichev e Tang (2008) , ao analisarem os efeitos da fraca correspondência de adequação entre as despesas e receitas ao longo do tempo sobre as propriedades dos lucros contabilísticos, perceberam que o processo indicava uma nova medida de conservadorismo.

$$Revenues_t = \alpha_0 + \alpha_1 Expenses_{t-1} + \alpha_2 Expenses_t + \alpha_3 Expenses_{t+1} + \epsilon_t \quad (eq.03)$$

Onde,

Revenues, é a receita líquida, deflacionado pela média dos ativos para o período atual. *Expenses*, é a diferença entre receitas e lucros para o período atual. *Expenses_{t-1}* é a diferença entre as receitas e lucros para o período anterior. *Expenses_{t+1}* é a diferença entre receitas e lucros para o próximo período; ϵ_t é o erro da regressão.

Para Khan e Watts, (2009) o modelo de Basu (1997) é uma medida de antecipação assimétrica entre boas e más notícias, que procura estimar o conservadorismo condicional. Esse modelo de Basu apresenta limitações quando aplicado ao nível da empresa, pois a assimetria entre boas e más notícias é captada pelos coeficientes da regressão, mas o modelo assume que todas as empresas de um mesmo setor são homogêneas, além de ofuscar possíveis mudanças nas características de cada empresa, a cada ano. Argumentam, com base em Watts (2003) e Lafond e Watts (2008) que o conservadorismo pode sofrer variação a partir do tamanho, do índice market-to-book – MTB e do nível de alavancagem.

Para superar a rapidez em que a contabilidade consegue refletir tanto uma boa notícia, numa empresa, a cada ano, e o conservadorismo, como pode considerar a oportunidade incremental de uma má notícia com as características específicas da empresa isoladamente, pelo que propõe alterar a medida de Basu (1997) com a inclusão de variáveis que busquem medir as possíveis influências do tamanho, do índice market-to-book – MTB e do nível de alavancagem no processo de cálculo do conservadorismo.

Com base nessas funções, propõe a estimação de regressões anuais em corte transversal do modelo de Basu (1997), com a inclusão dos coeficientes de oportunidade das funções lineares. Nesse sentido, esses autores justificam que o tamanho, o índice market-to-book – MTB e o nível de alavancagem se relacionam, estando ligados indiretamente ao conservadorismo.

$$X_{it} = \beta_1 + \beta_2 Di + Ri(\mu_1 + \mu_2 Size_i + \mu_3 M/Bi + \mu_4 Levi) + Di Ri(\lambda_1 + \lambda_2 Size_i + \lambda_3 M/Bi + \lambda_4 Levi) + (\delta_1 Size_i + \delta_2 M/Bi + \delta_3 Levi + \delta_4 Di Size_i + \delta_5 Di M/Bi + \delta_6 Di Levi) + \epsilon_{it} \quad (eq. 4)$$

Onde,

X_i é o lucro por ação da empresa i ; i corresponde à empresa; R_i é o retorno da empresa i , calculado da seguinte forma: $P_{it} - P_{i-1}$; D_i é uma variável *Dummy* que assume valor 1 quando $R_i < 0$ e 0 em outras situações; $Size_i$ é o tamanho da empresa; M/B_i é o índice market-to-book; Lev_i é o nível de alavancagem da empresa; ϵ_{it} é o erro da regressão.

Este modelo já foi aplicado em diversos segmentos. Ahmed e Duellman, (2013), utilizando esta e outras medidas, relacionaram o excesso de confiança dos administradores e o conservadorismo; Lim, Lee, Kausar e Walker, (2014) utilizaram para avaliar e identificar que gestores de Bancos que praticam o conservadorismo condicional são mais prudentes na apresentação de comportamento de taxas dos empréstimos; Shen, Liang e Chen, (2013), encontraram evidências do conservadorismo com salários de trabalhadores, em empresas chinesas; Karami e Hajiazimi, (2013) evidenciaram no Irã, uma relação significativa negativa entre o conservadorismo condicional e a divulgação dos relatórios contábilísticos; e Jarboui, (2013) e Foroghi, Amiri e Fallah, (2013) relacionaram a governança corporativa e o conservadorismo; Xie, Zheng e Lau, (2012) identificaram que controladores utilizaram a informação contábilista conservadora em seu próprio benefício.

Índice de Conservadorismo de Gray (1980) ou índice de comparabilidade (Weetman, Jones, Adams e Gray, 1998), foi utilizado em diversos estudos para analisar variações do conservadorismo, aquando da adoção de novas normas contábilísticas. É identificado e calculado entre o Lucro Líquido-LL e, ou, Património Líquido-PL de uma mesma empresa, produzido por padrões e normas diferentes de contabilidade, numa mesma data. Foi muito utilizado aquando da adoção do padrão IFRS em substituição as normas contábilísticas de cada país. O índice de comparabilidade mede a diferença entre o Lucro Líquido-LL (ou Património Líquido-PL) obtido com base nas Demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as normas nacionais e o LL/PL obtido tendo por base em outras normas, notadamente as IAS/IFRS.

$$IC = 1 - \left(\frac{LL_{atual} - LL_{antigo}}{|LL_{atual}|} \right) \quad (eq.05)$$

Onde:

LL_{atual} é o lucro no critério novo de avaliação; e LL_{antigo} é o lucro no critério anterior de avaliação;

Os resultados obtidos sobre o IC, são interpretados da seguinte forma:

- 1 - Quando o indicador de conservadorismo for superior a 1, indica que o LL/PL demonstrado antes da implementação (anterior) é superior ao LL/PL obtido após a adoção das novas normas (atual), ou seja, o LL/PL é menos “conservador” nos padrões utilizados anteriormente, (anterior) do que nos padrões atuais;
- 2 - Quando o índice resultante for inferior que 1, indica que o LL/PL demonstrado antes da implementação (anterior) é inferior ao LL/PL obtido após a adoção das novas normas (atual), ou seja, o LL/PL é mais “conservador” nos padrões utilizados anteriormente (anterior) do que nos padrões atuais;
- 3 - Quando o indicador for igual a 1, indica que a empresa não apresenta nenhuma diferença entre o seu LL/PL para os padrões atuais de contabilidade, ou seja, não se aplica o índice de “conservadorismo”, pois não existem divergências entre o LL/PL anterior e atual.

A principal crítica a esta medida é que ela só se aplica a empresas que publicam seus relatórios, numa mesma data, sob dois critérios diferentes de avaliação contabilística, identificando apenas se houve, na alteração dos critérios, prática conservadora. Não é considerada uma medida conservadora por diversos autores, por não identificar conservadorismo ao longo dos anos, mas foi incluída na lista ora estudada por identificar prática conservadora ou não, na mudança de critério contabilístico.

Pope e Walker (1999), a partir da medida de Basu (1997) e em um estudo comparativo entre os regimes contabilísticos dos EUA e o Reino Unido, identificaram que, ao analisar o lucro antes dos itens excepcionais, nos EUA o viés conservador é mais destacado que no Reino Unido. Os autores desenvolveram diversas medidas parciais, considerando a velocidade de diferenças e ganhos dos resultados, em reconhecimento da renda, para identificação e reconhecimento de duas propriedades distintas do conservadorismo contabilístico: atraso no relato das boas notícias e reconhecimento

precoce das más notícias. Alguns dos resultados encontrados foram citados em diversas pesquisas, quase sempre em conjunto com citações de Basu (1997). (Caskey e Peterson, 2014; Helbok e Walker, 2004; Hui, Klasa e Yeung, 2012; Huijgen e Lubberink, 2005; Mouselli, Jaafar e Goddard, 2013.

$$\frac{X_{it}}{P_{it-1}} = \alpha_{1t} + \alpha_{2t} D_{it} + \beta_{1t} R_{it} + \beta_{2t} R_{it} D_{it} + \epsilon_{it} \quad (\text{eq.06})$$

Onde,

em que X_t é o ganho no ano t , P_{t-1} é o preço das ações no final do ano $t-1$, R_t é a preço relativo para período t , ou seja, $R_t = (p_t/p_{t-1}) - 1$, e D_t , é uma variável dummy, tendo um valor de 1 se $R_t < 0$, e zero caso contrário.

Easton e Pae, (2004) apresentaram um modelo de regressão que capta o conservadorismo contabilístico. Este modelo foi desenvolvido a partir do modelo Easton e Harris, (1991), incluindo duas características de conservadorismo contabilístico na regressão. A primeira refere-se ao conservadorismo decorrente das regras contabilísticas e a segunda ao conservadorismo associado a investimentos em projetos de valor presente líquido positivo.

$$ret_{jt} = \beta_0 + \beta_1 \frac{x_{jt}}{P_{jt-1}} + \beta_2 \frac{\Delta x_{jt}}{P_{jt-1}} + \beta_3 \frac{d_{jt-1}}{P_{jt-1}} + \beta_4 \frac{\Delta ci_{jt}}{P_{jt-1}} + \beta_5 \frac{\Delta oa_{jt-1}}{P_{jt-1}} + \epsilon_{it} \quad (\text{eq.07})$$

Onde,

$Ret_{jt} = (p_{jt} + d_{jt} - p_{jt-1}) / p_{jt-1}$; O subscrito j denota uma observação para a firma j ; Δ representa as primeiras diferenças do ganho; x , rend a ; p , é o preço do valor do livro; oa , ativos defasados; ci aplicações financeiras; ϵ é o erro da regressão.

Lee, (2011), efetuou uma análise à medida proposta por Dichev e Tang, (2008) e teceu críticas, ao afirmar que as propriedades econométricas não foram totalmente avaliadas e que estudos anteriores não forneceram evidências de validade da medida. Por fim, a partir do modelo analisado, propôs uma medida de avaliação do conservadorismo, ao utilizar uma especificação de regressão inversa e afirma que a medida proposta é ligeiramente superior ao modelo de Dichev e Tang (2008), em termos de poder de teste. Apesar do trabalho de Lee (2011) apontar algumas críticas ao modelo de Dichev e Tang

(2008), é necessário mais testes entre as empresas com valores cotados e não cotados e segmentos, para validar o modelo.

Callen, Segal e Hope (2010) desenvolveram uma medida, denominada conservatism Ratio, doravante denominada CR. A CR mede a proporção do impacto total para os fluxos de caixa atuais e futuros da empresa, reconhecidos no resultado no exercício atual. Tal medida, elaborada a partir do modelo de decomposição de Vuolteenaho, (2002), utiliza o VAR (Vector Autoregressive Model), com três variáveis. Essas variáveis são: (i) o logaritmo do retorno das ações; (ii) o logaritmo do retorno sobre o patrimônio mais um e, (iii) o logaritmo do índice book-to-market. De outra forma, representa a quantidade de informações sobre todos os ganhos atuais e futuros reconhecidos nos resultados atuais. (Caskey e Peterson, 2014).

$$CR_t = \frac{\eta_{2,t}}{Ne_{t,t}} \quad (eq. 08)$$

Onde,

CR é o conservatism Ratio; $\eta_{2,t}$ é a surpresa ganhos do sistema de VAR; Ne é earnings news

Diversos autores utilizaram a medida CR em conjunto com outras medidas, como por exemplo para identificar o conservadorismo nos EUA (Chen, Folsom, Paek e Sami, 2014; Lara, Osma e Penalva, 2014), ou para relacionar o conservadorismo com a falência de empresas (Biddle, Ma e Song, 2013), ou para examinar o impacto do conservadorismo no processo de inovação empresarial, (Chang, Hilary, Kang e Zhang, 2013) ou mesmo para estudar a relação econômica do conservadorismo condicional sobre os preços do “credit default swap”, (Chakravarty, 2011). Já autores como Lara, Osma e Penalva, (2011) testaram a associação entre o conservadorismo condicional e o custo de capital próprio, no período de 1975-2003. Não foram identificadas críticas ao modelo CR.

3.4 CONSERVADORISMO INCONDICIONAL EX-ANTE

O conservadorismo incondicional pode ser visto como a flexibilidade ou aproveitamento das lacunas existentes nas normas, que permite a escolha entre várias opções no reconhecimento de determinadas operações. Traduzindo praticas que

permitem a redução dos resultados contabilísticos independentemente das notícias económicas.

Pode ser explicado pela tendência histórica e universal entre os contabilistas de antecipar o registro de lucros, mas transmitir antecipadamente todas as perdas, Coelho (2007).

O conservadorismo incondicional entra em conflito com os objetivos da contabilidade, pois impede a divulgação de toda a informação relevante de maneira fidedigna e distorcendo a realidade.

A incerteza é a base para este tipo de conservadorismo, pois afeta a continuidade da empresa e levanta questões sobre o futuro, Hendriksen e Van Breda (1999). A política de custos e impostos são os principais fatores que visam contornar o efeito da incerteza e impulsionam a adoção deste tipo de conservadorismo.

Beaver e Ryan (2000) desenvolveram medidas para o cálculo do conservadorismo contabilístico. Partem da definição de conservadorismo apresentada por Feltham e Ohlson, (1995) e Feltham e Ohlson, (1996), que aponta que o conservadorismo é a diferença entre o valor contabilístico e o valor de mercado da empresa: quanto maior for essa diferença, maior será o conservadorismo. Aperfeiçoaram a proposta de cálculo de conservadorismo e desenvolveram uma regressão linear que considera tal diferença. Consideram dois componentes para a taxa de *book-to-market* –BTM: As tendências (*bias*) e os atrasos (*lags*). As tendências (*bias*) podem ocorrer quando o valor contabilístico é persistentemente superior (ou inferior) do que o valor do mercado. Os atrasos (*lags*), seriam decorrentes de efeitos conjuntos dos processos contabilísticos, como por exemplo o conservadorismo e o princípio do custo histórico.

$$BTM_{ti} = \alpha_t + \alpha_i + \sum_{j=0}^6 \beta_j R_{t-ji} + \epsilon_{ti} \quad (eq. 09)$$

Onde,

BTM é a razão entre o valor patrimonial da ação e o preço da ação para a empresa *i* no tempo *t*; R é o retorno anual, que varia em *j* de 1 a 6 anos; α_i representa o viés no reconhecimento específico de cada firma no book-to-market; α_t representa o viés no

reconhecimento específico do tempo no book-to-market de todas as firmas, ϵ é o termo de erro da regressão.

Wang (2009) critica a medida BTM em função da possibilidade de sua utilização para outros fins, que não apenas o conservadorismo contabilístico. Pode ser utilizado para diversos outros papéis, cria incerteza quanto à forma como os pesquisadores irão interpretar tal indicador. Afirma também que outro ponto que merece algum cuidado é o fato das rendas econômicas que, quanto maiores forem, mais exagerado será o resultado do cálculo do conservadorismo contabilístico apresentado pelo BTM.

Givoly e Hyan (2000) propõem uma medida de cálculo do conservadorismo como uma relação dependente entre os fluxos de caixas operacionais e as adaptações contabilísticas. Os autores consideram que os “accruals” contabilísticos tendem a se reverter ao longo do tempo, considerando que nos períodos onde o fluxo de caixa operacional é inferior (superior) ao lucro, geralmente são seguidos por períodos onde os “accruals” contabilísticos são positivos (negativos). Esta proposta está baseada na premissa dos “accruals” (acréscimos) não operacionais como subconjunto do valor contabilístico da empresa. “Accruals” não operacionais são derivados principalmente de itens como despesas de reestruturação, provisões para devedores e suas reversões, baixas de ativos, ganhos e perdas na venda de ativos, efeitos de mudanças de estimativas, deferimentos de receitas e seu reconhecimento subsequente.

O domínio permanente dos “accruals” negativos nas empresas ao longo do tempo, sem alterações nas demais variáveis, passa a ser uma indicação de conservadorismo, da mesma forma que a taxa de acumulação desses “accruals” negativos, passa a ser uma indicação de alteração do grau do conservadorismo ao longo do tempo. Wang (2009) afirma que a lógica utilizada nos “accruals” negativos como medida do conservadorismo contabilístico é a que está utiliza o mecanismo para adiar o reconhecimento de ganhos econômicos e acelerar o reconhecimento das perdas econômicas.

$$NA = ACT - ACO \quad (eq. 10.1)$$

Onde,

NA, são os “accruals” negativos; ACT, ao “accruals” contabilísticos totais; e ACO, “accruals” contabilísticos operacionais.

Para os accruals contabilísticos totais:

$$ACT_{it} \text{ (antes das depreciações)} = LL_{it} + Dep_{it} - FCO_{it} \quad (eq. 10.2)$$

Onde,

ACT são os “accruals” contabilísticos totais; LL é o lucro líquido; Dep é a depreciação; FCO é o fluxo de caixa operacional; i é a empresa e t o período de tempo.

Para os “accruals” contabilísticos operacionais:

$$ACO_{it} = \Delta CR_{it} + \Delta Est_{it} + \Delta DAnt_{it} - \Delta CPag_{it} - \Delta IPag_{it} \quad (eq. 10.3)$$

Onde,

ACO são os “accruals” contabilísticos operacionais; ΔCR é a variação nas contas a receber; ΔEst é a variação nos stocks; $\Delta DAnt$ é a variação em despesas antecipadas; $\Delta Cpag$ é a variação nas contas a pagar; e $\Delta IPag$ é a variação nos impostos a pagar; i é a empresa e t o período de tempo.

Wang (2009) indica que a necessidade de se ter um ano base para o cálculo é de difícil padronização entre as empresas, considera também que depreciação é uma medida importante e não é considerado pela medida. Zhang (2008) também afirma que accruals contabilísticos de investimentos podem fazer parte do fluxo de caixa operacional da empresa, a partir da baixa como despesa operacional da aquisição à vista de um ativo, ao invés de ser capitalizado. Enquanto que para Ahmed e Duellman, (2011), a desvantagem dessa medida é que ela não reflete o nível de conservadorismo em períodos anteriores. Também podemos afirmar que os valores e obrigações dos impostos a pagar poderão divergir entre países, considerando a legislação local, o que pode dificultar a padronização de estudos entre ou de um conjunto de países.

Penman e Zhang, (2002), o conservadorismo incondicional pode ser medido por um índice, designado C-Score. O conservadorismo pode criar reservas estimadas (estimated reserves-ER), também denominadas reservas ocultas (Hidden Reserves-HR), que estariam diretamente relacionadas com estimativas que manteriam o valor contabilístico

dos ativos líquidos relativamente mais baixos. Quanto maior as reservas estimadas ou ocultas, maior seria o conservadorismo incondicional, afirmam os autores. Quando uma empresa eleva o seu investimento, as reservas ocultas funcionariam como redução dos ganhos. O C-Score é baseado no tratamento contabilístico de três rubricas que sofrem pouca ação por parte da administração após a ocorrência dos registros: os inventários, os valores de I & D e a publicidade, que formariam dessa maneira as reservas estimadas (estimated reserves-ER).

Os autores relacionam as ER com os ativos operacionais líquidos-NOA. Consideram que tanto os ativos como os passivos operacionais são afetados pelo conservadorismo contabilístico.

$$C_{it} = \frac{ER_{it}}{NOA_{it}} \quad (eq. 11)$$

Onde,

C corresponde ao Score conservadorismo; *i* corresponde à empresa; *t* às datas dos balanços; *ER*, às reservas estimadas (provisões) e, *NOA*, aos ativos operacionais líquidos (ativo circulante).

Diversos estudos foram realizados utilizando o C-Score como medida de avaliação do conservadorismo, em diversas áreas e setores, demonstrando a amplitude da utilização dessa medida. Alguns estudos avaliaram o relacionamento do crescimento da empresa com o conservadorismo (Balachandran e Mohanram, 2012; Rajan, Reichelstein e Soliman, 2007). Outros estudaram a associação entre o conservadorismo e a relevância do valor da informação contabilística (Balachandran e Mohanram, 2010); Também foi identificado um estudo que avaliou o efeito de empréstimos sobre o conservadorismo contabilístico e como isso afetou as finanças corporativas (Bigus, 2009); já Chan, Lin e Strong, (2009) sugerem a utilização do C-Score para pesquisas futuras sobre o conservadorismo ex-ante, quando avaliaram e previram que o conservadorismo ex-post está mais associado a maiores custos de capital próprio. Lobo e Jian, (2010) examinaram o efeito da Lei Sarbanes-Oxley (SOX) sobre o comportamento conservador nos relatórios das empresas públicas do Canadá e identificaram um maior conservadorismo nas empresas após a implantação da Lei Sarbanes-Oxley (SOX).

Krishnan e Visvanathan, (2008) estudaram a composição do comitê de auditoria em relação aos participantes peritos financeiros não contadores, nos EUA. Observaram que a principal medida de qualidade da informação financeira é o conservadorismo contabilístico. Utilizaram várias medidas para qualificar o conservadorismo, entre elas o C-Score. Os resultados sugerem que a perícia financeira realizada pelo comitê de auditoria está positivamente associada com o conservadorismo contabilístico quando o perito financeiro é um profissional da contabilidade.

Mensah, Song e Ho, (2004) aplicaram o C-score e constataram que o conservadorismo está negativamente correlacionado com a precisão das previsões de lucros realizadas pelos analistas das empresas.

3.5 CONSERVADORISMO CONDICIONAL VS INCONDICIONAL

Para melhor percepção da análise efetuada entre a utilização de medidas de conservadorismo mais utilizadas na investigação científica, apresentamos na Tabela 2 uma lista de citações por medidas de conservadorismo registadas em duas bases de dados de artigos científicos (Scopus e Web of Science). A pesquisa foi realizada a partir do título de cada artigo de referência.

A medida mais citada é o modelo de Basu (1997), seguido de Ball e Shivakumar (2005), dentre os que trabalham com o conservadorismo condicional e Givoly e Hayn (2000) e Penman e Zhang (2002) entre os que desenvolveram estudos sobre o conservadorismo incondicional.

AUTOR	SCOPUS	WEB OF SCIENCE
BASU (1997)	964	606
BALL E SHIVAKUMAR (2005)	496	372
GIVOLY E HAYN (2000)	307	211
PENMAN E ZHANG (2002)	218	139
POPE E WALKER (1999)	187	91
KHAN E WATTS (2009)	161	128
BEAVER E RYAN (2000)	120	77
GRAY (1980)	57	27
DICHEV E TANG (2008)	51	38
EASTON E PAE (2004)	23	16
CALLEN, SEGAL E HOPE (2010)	34	28

Tabela 3 - Citações por autor

Para profundidade da análise, além da Tabela 3 que indica a quantidade de citações por autor (es) em função da medida de conservadorismo proposta, é apresentada a Tabela 4, onde se lista o título do artigo, revista da publicação onde foi apresentado a medida e quais são as principais revistas, por quantidade de citações, relacionada com cada autor(es). Das onze medidas apresentadas, a revista Journal of “Accounting and Economics” é a que possui mais citações individuais por autor - cinco autores, do total de onze - e foi a revista utilizada por quatro autores para publicação do artigo original. A revista “Journal of Accounting Research” teve três medidas publicadas em suas páginas, seguida por duas publicações na revista “The Accounting Review”.

AUTOR(ES)	TÍTULO DO ARTIGO BASE E REVISTA ONDE FOI PUBLICADO	PRINCIPAIS REVISTAS, EM Nº DE CITAÇÕES, POR AUTOR
BASU (1997)	The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings. <i>Journal of Accounting & Economics</i> , 24(1), 3–37	<i>Journal of Accounting and Economics</i> ; <i>Journal of Accounting Research</i> ; <i>Journal of Business Finance and Accounting</i> ;
BALL E SHIVAKUMAR (2005)	Earnings quality in UK private firms: Comparative loss recognition timeliness. <i>Journal of Accounting and Economics</i> , 39(1), 83–128.	<i>Journal of Accounting and Economics</i> ; <i>Accounting Review</i> ; <i>Journal of Accounting Research</i> ;
GIVOLY E HAYN (2000)	The changing time-series properties of earnings, cash flows and accruals: Has financial reporting become more conservative? <i>Journal of Accounting and Economics</i> , 29(3), 287–320	<i>Journal of Accounting and Economics</i> ; <i>Review of Accounting Studies</i> ; <i>Accounting Review</i> ;
PENMAN E ZHANG (2002)	Accounting Conservatism, the Quality of Earnings, and Stock Returns. <i>The Accounting Review</i> , 77(2), 237–264.	<i>Review of Accounting Studies</i> ; <i>Accounting Review</i> ; <i>Journal of Accounting and Economics</i> ;
POPE E WALKER (1999)	International Differences in the Timeliness, Conservatism, and Classification of Earnings. <i>Journal of Accounting Research</i> , 37(3), 53–87.	<i>Journal of Business Finance and Accounting</i> ; <i>Journal of Accounting and Economics</i> ; <i>Accounting and Business Research</i> ;
BEAVER E RYAN (2000)	Biases and Lags in Book Value and Their Effects on the Ability of the Book-to-Market Ratio to Predict Book Return on Equity. <i>Journal of Accounting Research</i> , 38(1), 127–149.	<i>Journal of Business Finance and Accounting</i> ; <i>Accounting Review</i> ; <i>Review of Accounting Studies</i> ;
KHAN E WATTS (2009)	Estimation and empirical properties of a firm-year measure of accounting conservatism. <i>Journal of Accounting and Economics</i> , 48(2-3), 132–150.	<i>Journal of Accounting and Economics</i> ; <i>Accounting Review</i> ; <i>Accounting and Finance</i> ;
GRAY (1980)	The Impact of International Accounting Differences from a Security-analysis Perspective: Some European Evidence. <i>Journal of Accounting Research</i> , 18(1), 64–76.	<i>Journal of Accounting and Economics</i> ; <i>Journal of Applied Accounting Research</i> ; <i>Advances in Accounting</i> ;
DICHEV E TANG (2008)	Matching and the changing properties of accounting earnings over the last 40 years. <i>Accounting Review</i> , 83(6), 1425–1460.	<i>Accounting Horizons</i> ; <i>Journal of Accounting and Economics</i> ; <i>Accounting Review</i> ;
EASTON E PAE (2004)	Accounting Conservatism and the Relation Between Returns and Accounting Data. <i>Review of Accounting Studies</i> , 9(4), 495–521	<i>Accounting Horizons</i> ; <i>Accounting Review</i> ; <i>Asia Pacific Journal of Financial Studies</i> ;
CALLEN, SEGAL E HOPE (2010)	The pricing of conservative accounting and the measurement of conservatism at the firm-year level. <i>Review of Accounting Studies</i> , 15(1), 145–178.	<i>Journal of Accounting Auditing and Finance</i> ; <i>Review of Accounting Studies</i> ; <i>Accounting Horizons</i> ;

Tabela 4 - Medidas de conservadorismo: citações por autor

A partir da revisão realizada, pode-se perceber as diferenças entre os diversos métodos de avaliação do conservadorismo, não só relacionado a divisão mais adotada entre os

pesquisadores – conservadorismo condicional e incondicional – mas também entre os objetivos propostos, formas, modelos e objetos de estudos (Anexo 1). Autores como Basu (1997), Ball e Shivakumar (2005), Dichev e Tang (2008) avaliaram o conservadorismo a partir de condicionantes que se relacionavam, positiva ou negativamente, aos lucros contábilísticos, os quais foram utilizados diretamente no processo do cálculo. Easton e Pae (2004) analisaram o conservadorismo a partir do valor presente líquido dos investimentos, enquanto Calle, Segal e Hope (2010) a partir dos fluxos atuais e futuros das empresas. Já Gray (1980) elaborou uma metodologia para identificar se, ao comparar no mesmo ano dois resultados elaborados com normas contábilísticas diferentes para uma mesma empresa ou setor, tal alteração identificaria averiguar qual delas seria mais ou menos conservadora. Khan e Watts (2009) buscaram estudar o relacionamento indireto do índice market-to-book - MTB, nível de alavancagem e tamanho da empresa com o conservadorismo das empresas.

Outro aspeto a ter em atenção é verificar se a análise recai em empresas com valores cotados ou não para determinar qual o método a ser aplicado. O Anexo I, apresenta a partir da identificação de seus autores, as fórmulas, a classificação das metodologias de cálculo do conservadorismo e os tipos de empresas que podem adotar tal metodologia. A divisão entre empresas com valores cotados e não cotados, serve apenas para identificar as informações e dados que podem ser pesquisados para a aplicação da medida de conservadorismo e que podem ser recolhidos facilmente pela publicação dos relatórios contábilísticos comumente divulgados.

Verificamos assim que, de entre as metodologias estudadas, algumas apresentam mais facilidades de levantamento dos dados e cálculos, como a de Basu (1997), no entanto tem a limitação de só poder ser aplicada às empresas cotadas. Outras podem ser adotadas para estudos em empresas não cotadas, mas não são de fácil construção e levantamento de dados. Talvez estas dificuldades estejam a contribuir para que não se tenha ainda, no meio académico, identificado uma metodologia padrão que possa ser aceita e adotada por um número maior de pesquisadores, sendo um dos desafios a serem superados. Ao mesmo tempo, sobre outro ponto de vista, é possível que seja necessária a utilização destas diversas metodologias para avaliar e compreender os mais diversos relatos e estudos sobre o conservadorismo. É relevante que também se procure, nos meios académicos, formas de se identificar o conservadorismo, não só a um conjunto de empresas, mas com a possibilidade de se avaliar individualmente cada uma.

4. METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO

A revisão bibliométrica surge no início do século XX, referindo-se, de acordo com Bufrem e Prates (2005) ao processo de medida relacionada com um documento no qual são utilizados modelos matemáticos e/ou estatísticos para analisar a comunicação escrita de uma determinada área de estudo. Para Araújo e Alvarenga (2011), esta pode ser entendida como uma metodologia de análise quantitativa que toca aspetos qualitativos, sendo capaz de identificar gaps no conhecimento científico, permitindo a apreensão destes conhecimentos relativos a determinado tema dentro de uma revisão de literatura.

Segundo Okubo (1997) e Spinak (1998) os indicadores podem ser divididos em: Indicadores de produção científica – construídos a partir da contagem do número de publicações por tipo de documentos (livros, artigos, publicações científicas, relatórios etc.) por instituição, área de conhecimento, país, etc. São os produtos da ciência; Indicadores de citação – construídos pela contagem do número de citações recebidas por uma publicação de artigo em periódico, sendo essa a forma mais reconhecida de atribuir crédito ao autor. Reflete, potencialmente, o impacto dos artigos ou assuntos citados; Indicadores de ligação – construídos pela ocorrência de coautorias, citações e palavras, sendo aplicados na elaboração de mapas de estrutura de conhecimento e redes de relacionamento entre pesquisadores, instituições e países.

O presente estudo consiste numa análise bibliométrica do progresso da investigação contabilística na área do conservadorismo, durante o período que medeia entre 2008 e 2018. A metodologia de investigação selecionada foi fundamentada na realidade do fenómeno em estudo, foi escolhida face à definição do problema e ao objetivo do estudo, de forma a alcançar os melhores resultados possíveis.

No estudo foi delineada uma metodologia qualitativa, baseada na análise de conteúdo, que permitirá analisar a descrição do desenvolvimento da pesquisa contabilística na área do conservadorismo e compreender este fenómeno enquanto linha de investigação. O processo de recolha de dados encontra-se dividido em quatro partes: seleção das bases de dados, identificação das revistas, dos artigos e das palavras-chave e a classificação dos artigos.

Na presente investigação, para a recolha dos artigos que incidem sobre o tema em estudo, foi seleccionada a base de dados “Scopus”, por se tratar da maior base de dados de resumos e referencias bibliográficas de literatura científica.

A investigação incidiu sobre expressões que são frequentemente usadas no tema delimitado: “accounting conservatism”, “conditional conservatism”, “unconditional conservatism” presentes nas palavras-chave de cada artigo. As palavras-chave são de língua inglesa porque a maior parte das bases de dados são de origem anglo-saxónica.

5. RESULTADOS

A análise dos resultados vai ser repartida em duas partes. Iniciamos com a análise dos resultados referente à evolução da investigação em conservadorismo contabilístico, seguida da análise da evolução dos tipos de conservadorismo.

5.1. EVOLUÇÃO DA INVESTIGAÇÃO EM CONSERVADORISMO CONTABILÍSTICO

Iniciando com a análise da evolução da investigação do conservadorismo na área da contabilidade, é feita uma análise da evolução do número de artigos publicados, passando a uma análise por tipo de artigos, países de origem das publicações e por último uma análise por autor.

Através da Figura 2, podemos observar que o número de artigos publicados tem vindo praticamente sempre a aumentar desde 2008, com 35 artigos publicados, contra 73 artigos publicados no ano de 2017, ano onde se verificou um pico de investigação nesta área. Podemos ainda concluir que entre 2015 e 2017 o número de artigos publicado andou muito próximo, correspondendo este intervalo a cerca de 13% da amostra.

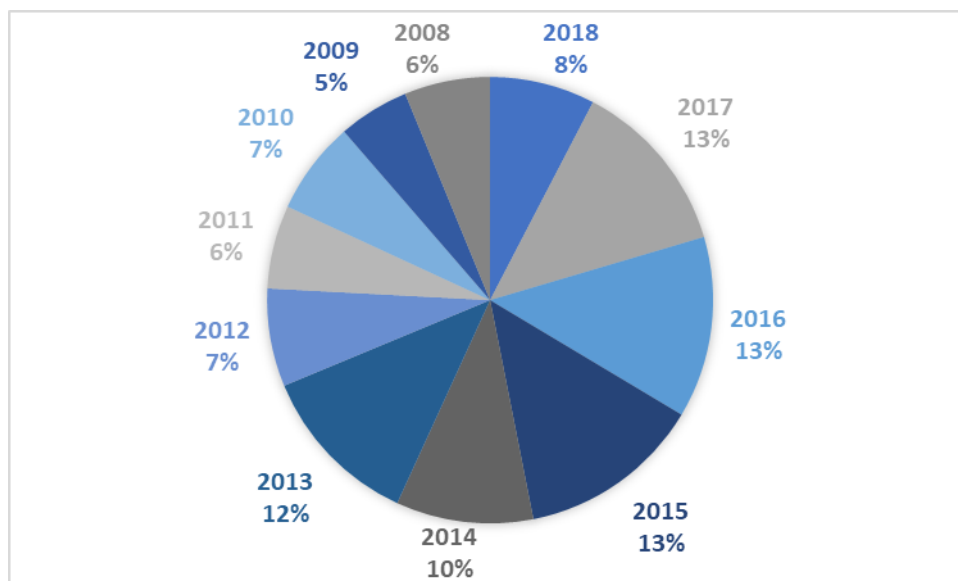


Figura 2 - Evolução do número de artigos publicados (%)

Fazendo a mesma análise por perfil de publicação (Figura 3) verificamos que mais de 80% da investigação feita no período em análise foi publicada em artigos científicos, estando os restantes 10% distribuídos essencialmente por artigos de conferencia e revisões.

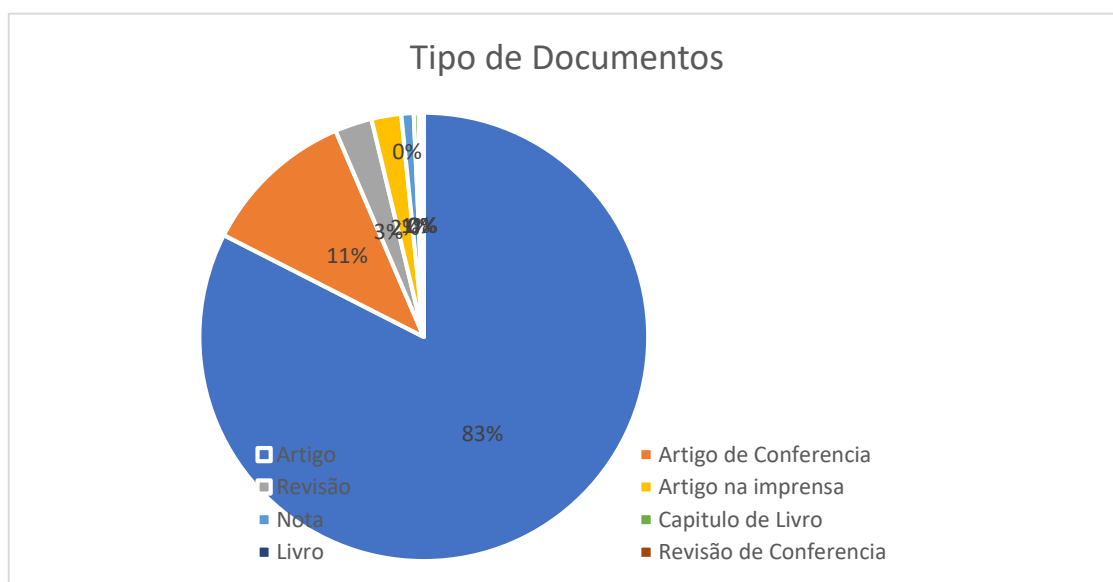


Figura 3 - Evolução do conservadorismo por tipo de documentos

Fazendo a mesma análise, mas agora por país (Tabela 5), verificamos que onde mais se verifica investigação/interesse por este tema é nos Estados Unidos, contra apenas 10 realizados em Portugal.

País	Nº Artigos
Estados Unidos	226
China	62
Reino Unido	60
Canadá	41
Austrália	40
Espanha	27
Coreia do Sul	21
Hong Kong	20
Irão	18
França	15
Grécia	15
Taiwan	15
Alemanha	12
Brasil	11
Malásia	11
Portugal	11
Tunísia	10
Finlândia	9
Nova Zelândia	9
Indonésia	8
Singapura	8

Tabela 5 -Artigos publicados por país

Analisando agora esta temática por autor (Figura 4), podemos observar que a maioria dos artigos desta amostra foram escritos por Ball (8), seguido de Watts e Kothari (6).

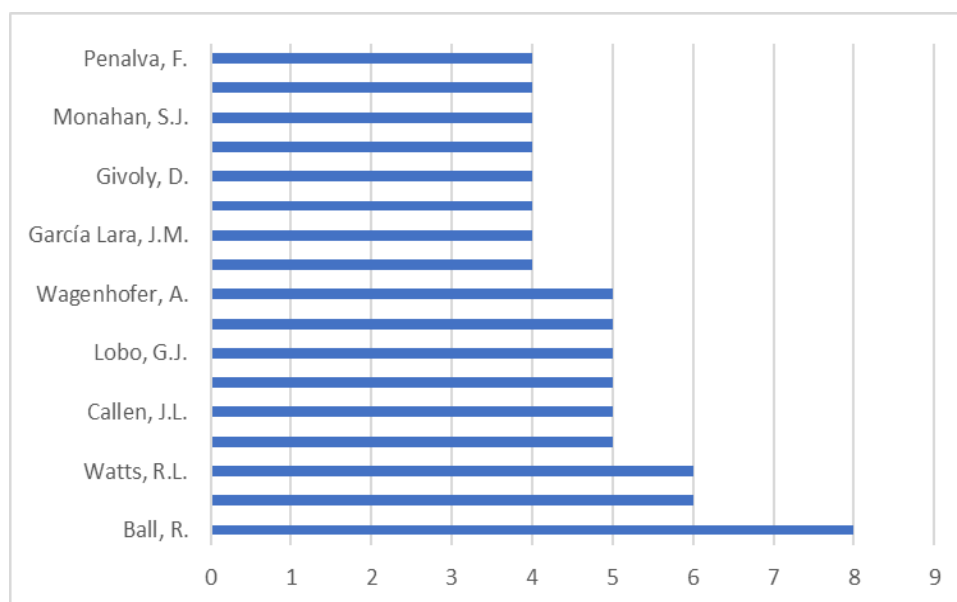


Figura 4 - Evolução do conservadorismo por Autor

5.2. EVOLUÇÃO DOS TIPOS DE CONSERVADORISMO

Numa segunda fase pretende-se analisar a evolução dos 2 tipos de conservadorismo: condicional e incondicional, fazendo também uma comparação da sua evolução.

Conservadorismo condicional

O Conservadorismo Condicional está ligado à tendência de a Contabilidade exigir um maior grau de verificação das boas notícias para reconhecê-las no resultado em relação ao grau de verificação das más notícias.

Podemos verificar que houve uma evolução significativa do número de artigos que aborda este tipo de conservadorismo entre 2008 e 2018, tendo-se verificado um pico em 2015 com cerca de 26 artigos abordados nesta temática (Figura 5).

Esta evolução pode ser justificada pela contabilidade ser vista, cada vez mais, como um sistema de informações para os vários tipos de grupos de interesse associados à empresa, bem como para os contratantes em torno da mesma que dependem da informação que a empresa passa para o mercado.

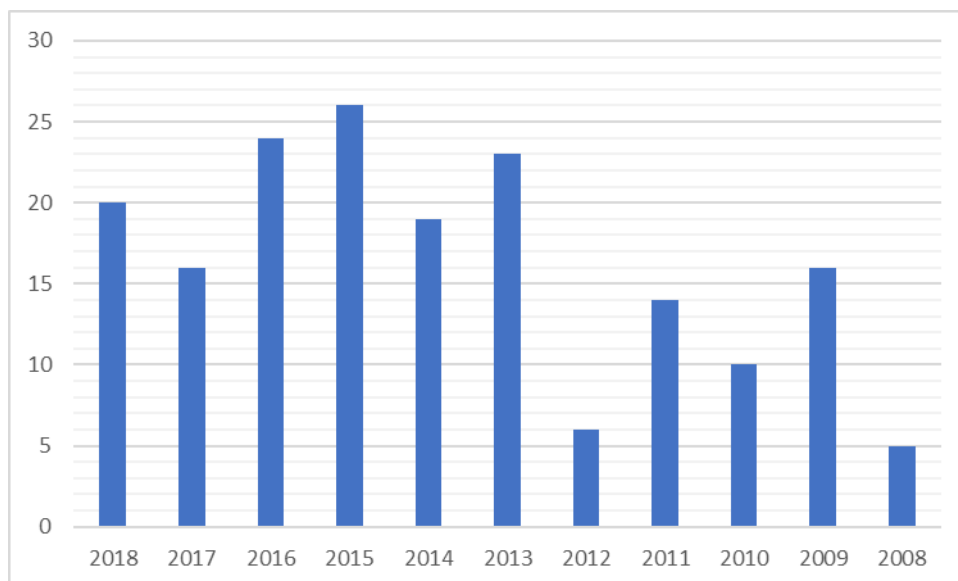


Figura 5 - Evolução do conservadorismo condicional

Analisando o conservadorismo condicional por artigos e por país (Figura 6), verificamos que a grande maioria tem origem nos Estados Unidos (76), seguido do Reino Unido (22) do Canada e da China (14).

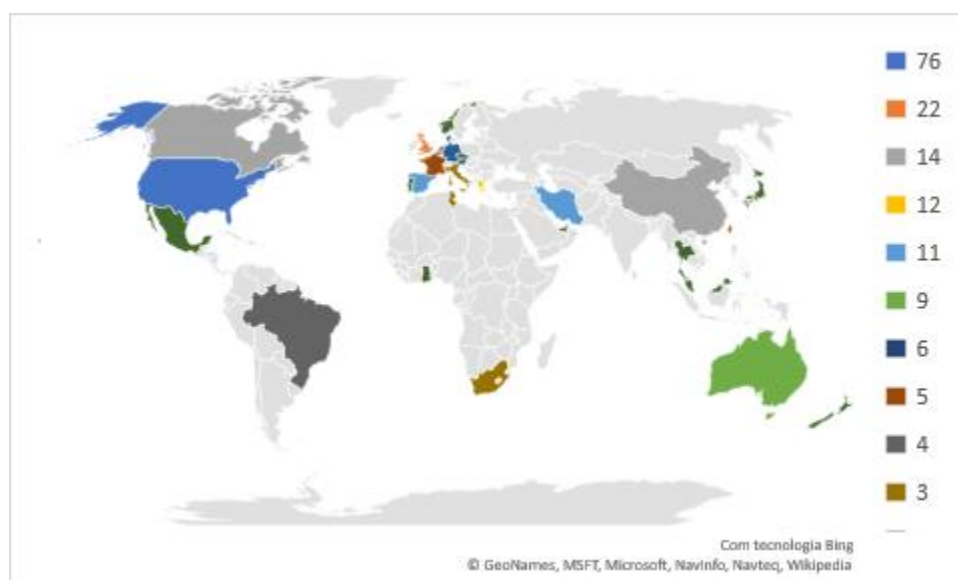


Figura 6 - Evolução do conservadorismo condicional por número de artigos publicados por país

Conservadorismo incondicional

Esta forma de conservadorismo assenta essencialmente na flexibilidade, ou vazios, existente nas normas contabilísticas que permitem discricionariedade no reconhecimento de determinadas operações, traduz a existência de um certo grau de interpretação dentro da norma.



Figura 7 - Evolução do conservadorismo incondicional

Ao observamos a Figura 7 sobre a evolução, nos últimos 10 anos, sobre o conservadorismo incondicional verificou-se um pico em 2013 (7 artigo) tendo vindo sempre a diminuir deste então, verificando-se novo interesse por estudar este tema em 2018.

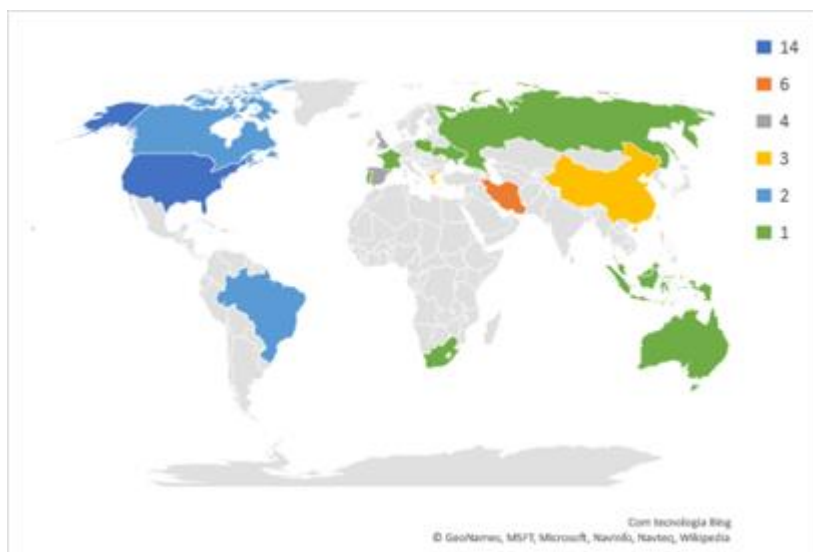


Figura 8 - Evolução do conservadorismo condicional por número de artigos publicados por país

Efetuada a mesma análise, mas tendo por base o país de estudo (Figura 8), verificamos que onde houve mais incidência foi nos Estados Unidos com cerca de 14 artigos publicados ao longo dos últimos 10 anos, seguido do Irão com 6 e de Espanha com 4. O motivo pelo qual os Estados Unidos são o país com maior número de artigos publicados pode ser justificado pelo facto de também ser o país com maior número de imprensa na área.

Conservadorismo Condicional Vs. Conservadorismo Incondicional

Autores como Ball e Shivakumar (2005) e Qiang (2007) sugerem a existência do conservadorismo em dois tipos: condicional e incondicional. Basu (1997) defende que o conservadorismo condicional acontece quando há o reconhecimento de más notícias de forma mais oportuna do que de boas notícias. Desta forma, incorporou um modelo de componentes transitórios de lucros, tendo por base a antecipação oportuna e assimétrica de perdas económicas em empresas e que atualmente continua a ser utilizada por vários autores que se dedicam ao estudo deste tipo de conservadorismo (Coelho e Lima, 2007; Costa, Lopes e Costa, 2006; Bushman e Piotroski, 2005). Ball e Shivakumar (2005) asseguram que a redução do lucro contabilístico se reflete numa perda económica, quando há exigência adicional do conservadorismo condicional, fator que não ocorre com os ganhos. Diferente do que acontece no conservadorismo incondicional que divulga baixos valores de ativos e receita independente de sinais que comprovam as possíveis perdas económicas da empresa (Moreira, Colauto e Amaral, 2010). A existência de conservadorismo condicional também se verifica em casos pontuais de reconhecimento de perdas da empresa, enquanto o conservadorismo incondicional é apresentado por escolhas contábeis rotineiras.

Watts (2003) apresenta quatro principais explicações para o uso do conservadorismo nas práticas contábeis: contratos, litígios, tributação e regulação. Qiang (2007) estuda os efeitos dessas explicações utilizando os conceitos de conservadorismo condicional e incondicional, e aponta que o compromisso induz ao conservadorismo condicional, a tributação e regulação levam a um conservadorismo incondicional e o litígio às duas formas. Os itens apontados por Watts (2003) e estudados por Qiang (2007) para explicar o conservadorismo – contratos, litígios, tributação e regulação – são itens que

dependem da estrutura legal e económica de cada país, podendo classificar o conservadorismo adotado após essa análise. Qiang (2007), por exemplo, testou essas relações em todas as indústrias de diversos países, sem a separação do sistema legal de cada país. Lara e Mora (2005) comprovam a relação entre os sistemas legais, *code law* e *common law*, com os dois tipos de conservadorismo: condicional e incondicional. Concluíram que países que adotam a estrutura *common law* apresentam características do conservadorismo condicional (Basu, 1997). Já nos países que admitem a estrutura *code law* verificou-se que existe uma relação entre esse sistema legal com os itens apontados por Watts (2003) e, por consequência, exibindo fatores ligados ao conservadorismo incondicional.

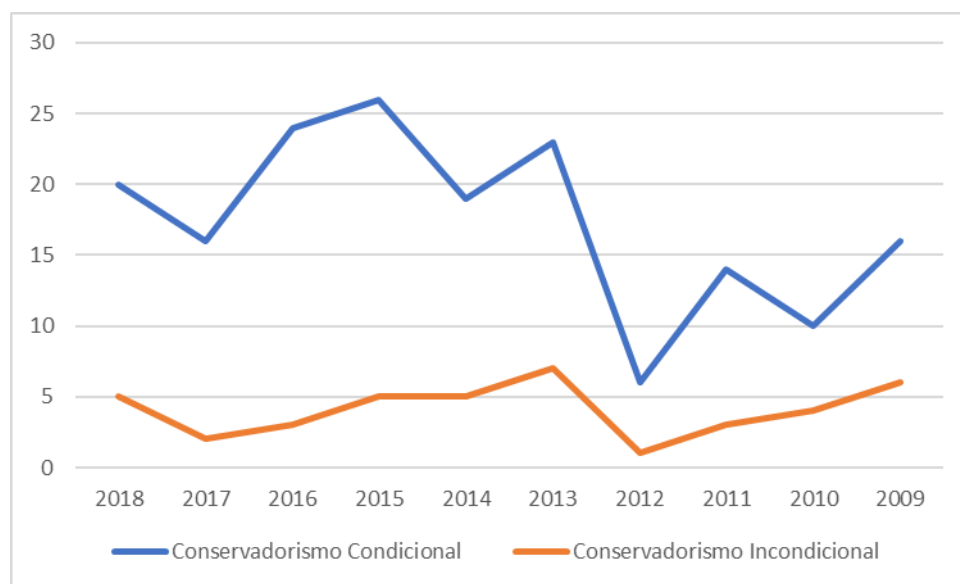


Figura 9 – Comparação do Conservadorismo Condicional Vs Incondicional

Ao analisarmos o gráfico com a evolução de ambos os tipos de conservadorismo (Figura 9), podemos verificar que existem sempre mais estudos acerca do conservadorismo condicional. Facto que pode ser explicado por a maioria das empresas ter tendência a reconhecer mais rapidamente as más notícias do que as boas notícias.

Autor	Scopus
Basu (1997)	964
Ball e Shivakumar (2005)	496
Givoly e Hayn (2000)	307
Penman e Zhang (2002)	218
Pope e Walker (1999)	187
Khan e Watts (2009)	161
Beaver e Ryan (2000)	120
Gray (1980)	57
Dichev e Tang (2008)	51
Easton e Pae (2004)	23
Callen, Segal e Hope (2010)	34

Tabela 6 - Medidas citadas, por autor

Tendo por base a Tabela 6, verificamos que a medida mais citada é o modelo de Basu (1997), seguido de Ball e Shivakumar (2005), dentre os que trabalham com o conservadorismo condicional e Givoly e Hayn (2000) e Penman e Zhang (2002) entre os que desenvolveram estudos sobre o conservadorismo incondicional.

6. CONCLUSÃO

O conservadorismo contabilístico tem vindo a ser debatido ao longo dos tempos. Mesmo existindo divergências entre os diversos autores sobre sua prática e uso, é crescente o número de estudos e tentativas de se identificar medidas para a sua mensuração. Neste estudo, foram relatadas formas de classificação do conservadorismo, a partir da revisão da literatura existente, podendo-se afirmar que a classificação entre conservadorismo condicional e incondicional é a mais utilizada. Verifica-se o maior interesse na investigação sobre o conservadorismo condicional e o baixo número de medidas propostas sobre o conservadorismo incondicional, possivelmente decorrente da dificuldade de se construir de forma clara e objetiva tais medidas.

Na falta de um consenso sobre uma única medida que pudesse ser adotada como padrão para identificação do conservadorismo, foram identificados diversos estudos que utilizaram várias medidas em conjunto, para avaliação do conservadorismo nos seus mais variados aspetos. Por existir essa variedade de aspetos na contabilidade, pode ser esta uma das razões da existência das diversas medidas de cálculo do conservadorismo e cada investigador deve utilizar aquela que melhor se adapte aos seus objetivos de estudo.

A medida proposta por Basu (1997) é a medida mais utilizada e por isso mesmo, a mais criticada. Cinco das medidas aqui analisadas foram desenvolvidas a partir do modelo de Basu (1997). Também Basu (1997) é o autor mais citado, entre as medidas de conservadorismo tanto condicional como incondicional. Por outro lado, a revista “Journal of Accounting and Economics” é onde se encontra o maior número de artigos publicados originalmente com as métricas sobre conservadorismo, tanto incondicional, como condicional.

Uma das principais limitações deste estudo é o facto de não fazer uma crítica às diversas medidas a partir de um estudo empírico, utilizando uma mesma base de dados para calcular e analisar todas as medidas. Tal estudo poderia apresentar condições para avaliar as vantagens e desvantagens das medidas individualmente apresentadas com posterior análise comparativa.

Não obstante o debate que existe sobre o seu uso, pela necessidade de utilização diferenciada, as diversas medidas parecem ainda não cumprir com os objetivos

propostos, considerando a amplitude das empresas, países e objetos de estudo e suas relações. Pesquisas futuras podem ser realizadas visando identificar graus de intensidade de conservadorismo, que possam ser aplicados a todos os setores e países. Pode também ser uma outra alternativa de pesquisa, a procura e respetiva justificação do porquê do reduzido número de medidas que objetivam mensurar o conservadorismo incondicional. Também pode ser ampliado o esforço para se desenvolver uma metodologia que se possa aplicar a todos os tipos de empresas, a partir de dados obrigatórios e comumente divulgados pelas empresas. Outras pesquisas podem ser realizadas utilizando numa mesma base, diversas medidas de conservadorismo, tanto condicional como incondicional, visando comparar validades dos modelos, bem como as interligações entre os tipos de conservadorismo. Uma outra ação que pode também ser adotada, é a maior aproximação da academia com os órgãos normalizadores, para se reduzir ao máximo as divergências entre a aplicação prática e os estudos do conservadorismo, para que melhore a sintonia entre investigadores e as normas divulgadas, entre as Leis e a Ciência.

7. BIBLIOGRAFIA

- Ahmed, A. S., Billings, B. K., Morton, R. M., & Stanford-Harris, M. (2002). The Role of Accounting Conservatism in Mitigating Bondholder-Shareholder Conflicts over Dividend Policy and in Reducing Debt Costs. *The Accounting Review*, 77(4), 867–890.
- Ahmed, A. S., & Duellman, S. (2007). Accounting conservatism and board of director characteristics: An empirical analysis. *Journal of Accounting and Economics*, 43, 411–437.
- Ahmed, A. S., & Duellman, S. (2011). Evidence on the role of accounting conservatism in monitoring managers' investment decisions. *Accounting and Finance*, 51(3), 609–633.
- Ahmed, A. S., & Duellman, S. (2013). Managerial Overconfidence and Accounting Conservatism. *Journal of Accounting Research*, 51(1), 1–30.
- Ahmed, K., & Henry, D. (2012). Accounting conservatism and voluntary corporate governance mechanisms by Australian firms. *Accounting and Finance*, 52, 631–662.
- Aier, J. K., Chen, L., & Pevzner, M. (2014). Debtholders' Demand for Conservatism: Evidence from Changes in Directors' Fiduciary Duties. *Journal of Accounting Research*, 52(5), 993–1027.
- Alam, P., & Petruska, K. a. (2012). Conservatism, SEC investigation, and fraud. *Journal of Accounting and Public Policy*, 31(4), 399–431.
- Ali, A., Ciftci, M., & Cready, W. M. (2012). Market underestimation of the implications of r&d increases for future earnings: The us evidence. *Journal of Business Finance and Accounting*, 39(3–4), 289–314.
- André, P., Filip, A., & Paugam, L. (2013). *Impact of Mandatory IFRS Adoption on Conditional Conservatism in Europe* (André, Paul and Filip, Andrei and Paugam, Luc, Impact of Mandatory IFRS Adoption on Conditional Conservatism in Europe (August 27, 2013)).
- Artiach, T. C., & Clarkson, P. M. (2011). Disclosure, conservatism and the cost of

- equity capital: A review of the foundation literature. *Accounting and Finance*, 51(1), 2–49.
- Artiach, T. C., & Clarkson, P. M. (2013). Conservatism, disclosure and the cost of equity capital. *Australian Journal of Management*, 39(2), 293–314.
- Ashton, D., & Wang, P. (2010). Valuation and Conservatism, 1–36. Working Paper. Recuperado de http://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1600818
- Ashton, D., & Wang, P. (2013). Valuation Weights, Linear Dynamics and Accounting Conservatism: An Empirical Analysis. *Journal of Business Finance & Accounting*, 40(February), 1–25.
- Balachandran, S., & Mohanram, P. (2011). Is the decline in the value relevance of accounting driven by increased conservatism? *Review of Accounting Studies*, 16(2), 272–301.
- Balachandran, S., & Mohanram, P. (2012). Using residual income to refine the relationship between earnings growth and stock returns. *Review of Accounting Studies*, 17(1), 134–165.
- Balkrishna, H., Coulton, J. J., & Taylor, S. L. (2007). Accounting losses and earnings conservatism: Evidence from Australian Generally Accepted Accounting Principles. *Accounting and Finance*, 47(3), 381–400.
- Ball, R., Kothari, S. P., & Nikolaev, V. (2013). On Estimating Conditional Conservatism. *The Accounting Review*, 88(3), 755–787.
- Ball, R., Kothari, S. P., & Nikolaev, V. V. (2013). Econometrics of the basu asymmetric timeliness coefficient and accounting conservatism. *Journal of Accounting Research*, 51(5), 1071–1097.
- Ball, R., Kothari, S. P., & Robin, A. (2000). The effect of international institutional factors on properties of accounting earnings. *Journal of Accounting & Economics*, 29(1), 1–51.
- Ball, R., & Shivakumar, L. (2005). Earnings quality in UK private firms: comparative loss recognition timeliness. *Journal of Accounting and Economics*, 39(1), 83–128.

- Ball, R., & Shivakumar, L. (2006). The Role of Accruals in Asymmetrically Timely Gain and Loss Recognition. *Journal of Accounting Research*, 44(2), 207–242.
- Basu, S. (1997). The conservatism principle and the asymmetric timeliness of earnings. *Journal of Accounting & Economics*, 24(1), 3–37.
- Basu, S. (2005). Discussion of “Conditional and Unconditional Conservatism: Concepts and Modeling”. *Review of Accounting Studies*, 10(12), 311–321.
- Beatty, A., Weber, J., & Yu, J. J. (2008). Conservatism and Debt. *Journal of Accounting and Economics*, 45(2–3), 154–174.
- Beaver, W. H., & Ryan, S. G. (2000). Biases and Lags in Book Value and Their Effects on the Ability of the Book-to-Market Ratio to Predict Book Return on Equity. *Journal of Accounting Research*, 38(1), 127–149.
- Beaver, W. H., & Ryan, S. G. (2005). Conditional and Unconditional Conservatism: Concepts and Modeling. *Review of Accounting Studies*, 10(2–3), 269–309.
- Beckman, J., Brandes, C., & Eierle, B. (2007). German Reporting Practices: An Analysis of Reconciliations from German Commercial Code to IFRS or US GAAP. *Advances in International Accounting*, 20(0), 253–294.
- Berendsen, T. A. P. (2011). *Earnings accounting conservatism. West-European listed firms during crisis period*. Erasmus University Rotterdam.
- Biddle, G. C., Ma, M. L., & Song, F. M. (2013). *Accounting Conservatism and Bankruptcy Risk*.
- Bigus, J. (2009). *Relationship Lending and Conservative Accounting? Empirical Evidence from Private Firms*. SSRN. acesso em novembro/2014.
- Bliss, J. H. (1924). *Management Through Accounts*. The Ronald Press Co, New York.
- Recuperado de <http://babel.hathitrust.org/cgi/pt?id=wu.89097131643;view=1up;seq=126>
- Blunck, R. (2013). Evidence on the contracting explanation of conservatism. *Journal of Finance & Accountancy*, 13, 1.

- Brauer, S., & Westermann, F. (2013). On the time series measure of conservatism: a threshold autoregressive model. *Review of Quantitative Finance and Accounting*, 41(1), 111–129.
- Brown, W. D., He, H., & Teitel, K. (2006). Conditional Conservatism and the Value Relevance of Accounting Earnings: An International Study. *European Accounting Review*, 15(4), 605–626.
- Callen, J. L., Segal, D., & Hope, O.-K. (2010). The pricing of conservative accounting and the measurement of conservatism at the firm-year level. *Review of Accounting Studies*, 15(1), 145–178.
- Caskey, J. A., & Peterson, K. (2014). Conservatism measures that control for the effects of economic rents on stock returns. *Review of Quantitative Finance and Accounting*, 42(4), 731–756.
- Chakravarty, S. (2011). Conservatism flow and the pricing of credit risk. *Available at SSRN 1726026*, 1–44.
- Chan, A. L., Lin, S. W. J., & Strong, N. (2009). Accounting conservatism and the cost of equity capital: UK Evidence. *Managerial Finance*, 35(4), 325–345.
- Chandra, U. (2011). Income Conservatism in the U.S. Technology Sector. *Accounting Horizons*, 25(2), 285–314.
- Chang, X., Hilary, G., Kang, J., & Zhang, W. (2013). *Does Accounting Conservatism Impede Corporate Innovation ?* Working Paper.
- Chen, L. H., Folsom, D. M., Paek, W., & Sami, H. (2014). Accounting Conservatism, Earnings Persistence, and Pricing Multiples on Earnings. *Accounting Horizons*, 28(2), 233–260.
- Cordazzo, M. (2013). The impact of IFRS on net income and equity: evidence from Italian listed companies. *Journal of Applied Accounting Research*, 14(1), 54–73.
- Cotter, D., & Donnelly, R. (2006). *conservative accounting, the book-to-market ratio and stock returns* (Vol. Research R). Association of Chartered Certified Accountants., & Certified Accountants Educational Trust. - London (UK), United Kingdom.

- Damak-Ayadi, S. (2009). De l'efficacité des mesures de convergence pour préparer le passage aux IAS/IFRS en France. *La Revue des Sciences de Gestion , Direction et Gestion*, 44(236), 11,73-84.
- Devine, C. T. (1963). The Rule of Conservatism Reexamined. *Journal of Accounting Research*, 1(2), 127–138.
- Dichev, I. D., & Tang, V. W. (2008). Matching and the changing properties of accounting earnings over the last 40 years. *Accounting Review*, 83(6), 1425–1460.
- Dickhaut, J., Basu, S., McCabe, K., & Waymire, G. (2010). Neuroaccounting: Consilience between the Biologically Evolved Brain and Culturally Evolved Accounting Principles. *Accounting Horizons*, 24(2), 221–255.
- Dietrich, J. R., Muller III, K. A., & Riedl, E. J. (2007). Asymmetric timeliness tests of accounting conservatism. *Review of Accounting Studies*, 12(1), 95–124.
- Easton, P. D., & Harris, T. S. (1991). Earnings as an Explanatory Variable for Returns. *Journal of Accounting Research*, 29, 19–36.
- Easton, P., & Pae, J. (2004). Accounting Conservatism and the Relation Between Returns and Accounting Data. *Review of Accounting Studies*, 9(4), 495–521.
- Elshandidy, T., & Hassanein, A. (2014). Do IFRS and board of directors' independence affect accounting conservatism? *Applied Financial Economics*, 24(16), 1091–1102.
- Feltham, G. A., & Ohlson, J. A. (1995). Valuation and Clean Surplus Accounting for Operating and Financial Activities. *Contemporary Accounting Research*, 11(2), 689–731.
- Feltham, G. A., & Ohlson, J. A. (1996). Uncertainty Resolution and the Theory of Depreciation Measurement. *Journal of Accounting Research*, 34(2), 209–234.
- Fifield, S., Finningham, G., Fox, A., Power, D., & Veneziani, M. (2011). A cross-country analysis of IFRS reconciliation statements. *Journal of Applied Accounting Research*, 12(1), 26–42.
- Foroghi, D., Amiri, H., & Fallah, Z. N. (2013). Corporate Governance and

- Conservatism. *International Journal of Academic Research in Accounting, Finance & Management Sciences*, 3(4), 61.
- Francis, B., Hasan, I., & Wu, Q. (2013). The benefits of conservative accounting to shareholders: Evidence from the financial crisis. *Accounting Horizons*, 27(2), 319–346.
- Francis, B., Hasan, I., & Wu, Q. (2013). The Benefits of Conservative Accounting to Shareholders: Evidence from the Financial Crisis. *Accounting Horizons*, 27(2), 319–346.
- Gassen, J., Fülbier, R. U., & Sellhorn, T. (2006). International Differences in Conditional Conservatism—The Role of Unconditional Conservatism and Income Smoothing. *European Accounting Review*, 15(4), 527–564.
- Givoly, D., & Hayn, C. (2000). The changing time-series properties of earnings, cash flows and accruals: Has financial reporting become more conservative? *Journal of Accounting and Economics*, 29(3), 287–320.
- Givoly, D., Hayn, C. K., & Natarajan, A. (2007). Measuring Reporting Conservatism. *The Accounting Review*, 82(1), 65–106.
- Gökmen, M. K. (2013). Accounting Conservatism: A Literature Review. *Muhasebe ve Vergi Uygulamaları Dergisi*, 1–22.
- Gotti, G. (2008). *Conditional Conservatism in Accounting: New Measure and Tests of Determinants* (Financial Services Forum Publications). *Working paper 12*. paper 12. University of Massachusetts Boston - Boston - United States.
- Gray, S. J. (1980). the impact of international accounting differences from a security-analysis perspective: some european evidence. *Journal of Accounting Research*, 18(1), 64–76.
- Gray, S. J., Linthicum, C. L., & Street, D. L. (2009). Have “European” and US GAAP measures of income and equity converged under IFRS? Evidence from European companies listed in the US. *Accounting and Business Research*, 39(5), 431–447.
- Haverty, J. L. (2006). Are IFRS and U.S. GAAP converging?: Some evidence from People’s Republic of China companies listed on the New York Stock Exchange.

Journal of International Accounting Auditing & Taxation, 15(1), 48–71.

Helbok, G., & Walker, M. (2004). On the nature and rationality of analysts' forecasts under earnings conservatism. *The British Accounting Review*, 36(1), 45–77.

Hellman, N. (2011). Soft Adoption and Reporting Incentives: A Study of the Impact of IFRS on Financial Statements in Sweden. *Journal of International Accounting Research*, 10(1), 61–83.

Hui, K. W., Klasa, S., & Yeung, P. E. (2012). Corporate suppliers and customers and accounting conservatism. *Journal of Accounting and Economics*, 53(1–2), 115–135.

Huijgen, C., & Lubberink, M. (2005). Earnings conservatism, litigation and contracting: The case of cross-listed firms. *Journal of Business Finance and Accounting*, 32(7–8), 1275–1309.

IASB, I. A. S. B. Conceptual Framework for Financial Reporting (2010). , IFRS Foundation, September - London, United Kingdom.

IASB, I. A. S. B. A Review of the Conceptual Framework for Financial Reporting (2013). Discussion Paper DP/2013/1 - IFRS Foundation. July - London, United Kingdom.

IASB, I. A. S. B. Conceptual Framework for Financial Reporting (2015). Basis for Conclusions Exposure Draft ED/2015/3 May - London, United Kingdom.

Jarboui, A. (2013). Does corporate governance affect accounting conservatism? Empirical evidence in the French context. *International Journal of Accounting and Economics Studies*, 1(3), 100–110.

Jeong, K., Kim, H., & Kwak, B. (2013). Equity-based compensation to outside directors and accounting conservatism. *Journal of Applied Business Research*, 29(3), 885–900.

Kanagaretnam, K., Lim, C. Y., & Lobo, G. J. (2014). Influence of National Culture on Accounting Conservatism and Risk-Taking in the Banking Industry. *The Accounting Review*, 89(3), 1115–1149.

- Karami, G., & Hajiazimi, F. (2013). Value Relevance of Conditional Conservatism and the Role of Disclosure: Empirical Evidence from Iran. *International Business Research*, 6(3), 66–74.
- Khalifa, M., & Othman, H. Ben. (2015). The effect of conservatism on cost of capital : MENA evidence The effect of conservatism on cost of capital: MENA evidence. *Applied Economics*, 47(1), 71–87.
- Khan, M., & Watts, R. L. (2009). Estimation and empirical properties of a firm-year measure of accounting conservatism. *Journal of Accounting and Economics*, 48(2–3), 132–150.
- Kousenidis, D. V., Ladas, A. C., & Negakis, C. I. (2009). Value relevance of conservative and non-conservative accounting information. *The International Journal of Accounting*, 44(3), 219–238.
- Krishnan, G. V, & Visvanathan, G. (2008). Does the SOX definition of an accounting expert matter? The association between Audit committee directors' accounting expertise and accounting conservatism. *Contemporary Accounting Research*, 25(3), 827–857.
- Kwon, S. Y., Lee, N. R., & Ki, E. (2012). Effects of agency costs on the relationship of corporate governance with audit quality and accounting conservatism in the Korean audit market. *Asia-Pacific Journal of Accounting & Economics*, 21(2), 157–185.
- LaFond, R., & Watts, R. L. (2008). The Information Role of Conservatism. *The Accounting Review*, 83(2), 447–478.
- Lai, C., Lu, M., & Shan, Y. (2013). Has Australian financial reporting become more conservative over time ? *Accounting and Finance*, 53(February 2012), 731–761.
- Lara, J. M. G., Osma, B. G., & Penalva, F. (2011). Conditional conservatism and cost of capital. *Review of Accounting Studies*, 16(2), 247–271.
- Lara, J. M. G., Osma, B. G., & Penalva, F. (2014). Information Consequences of Accounting Conservatism. *European Accounting Review*, 23(2), 173–198.
- Lee, J. K. B. (2011). Measuring Reporting Conservatism using the Dichev-Tang (2008)

- Model. In *American Accounting Association Annual Meeting* (p. 1–57).
- Leventis, S., Dimitropoulos, P., & Owusu-Ansah, S. (2013). Corporate governance and accounting conservatism: Evidence from the banking industry. *Corporate Governance : An International Review*, 21(3), 264–286.
- Lim, C. Y., Lee, E., Kausar, A., & Walker, M. (2014). Bank accounting conservatism and bank loan pricing. *Journal of Accounting and Public Policy*, 33(3), 260–278.
- Lisowsky, P., Robinson, L., & Schmidt, A. (2013). Do Publicly Disclosed Tax Reserves Tell Us About Privately Disclosed Tax Shelter Activity? *Journal of Accounting Research*, 51(3), 583–629.
- Littleton, A. C. (1941). A genealogy for “cost or market”. *The Accounting Review*, 16(2), 161–167.
- Liu, C. (2011). IFRS and US-GAAP comparability before release No. 33-8879. *International Journal of Accounting and Information Management*, 19(1), 24–33.
- Lobo, G. J., & Jian, Z. (2010). Changes in discretionary financial reporting behavior following the Sarbanes-Oxley Act. *Journal of Accounting, Auditing and Finance*, 25(1), 1–26.
- Manganaris, P., Floropaulos, J., & Smaragdi, I. (2011). Conservatism and Value Relevance: Evidence from the European Financial Sector. *American Journal of Economics and Business Administration*, 3(2), 254–264.
- Mensah, Y. M., Song, X., & Ho, S. S. M. (2004). The Effect of Conservation on Analysts’ Annual Earnings Forecast Accuracy and Dispersion. *Journal of Accounting, Auditing & Finance*, 19(2), 159–183.
- Mora, A., & Walker, M. (2014). The Implications of Research on Accounting Conservatism for Accounting Standard Setting. *Accounting & Business Research, special*, 1–63.
- Mora, A., & Walker, M. (2015). The implications of research on accounting conservatism for accounting standard setting. *Accounting and Business Research*, 45(5), 620–650.

- Moreira, J. (2006). "Accruals" Discricionários": o Erro de Estimação Induzido pelo Conservantismo, Working Paper, Faculdade de Economia, Universidade do Porto, Maio.
- Moreira, J. (2006). Are Financing Needs a Constraint to Earnings Management? Evidence for Private Portuguese Firms, Working Paper, Faculdade de Economia, Universidade do Porto, Outubro.
- Moreira, J. (2006). Manipulação para Evitar Perdas : Impacto no Conservadorismo, Working Paper, Faculdade de Economia, Universidade do Porto, Maio.
- Moreira, J., & Pope, P. F. (2007). Piecewise Linear Accrual Models: do they really control for the asymmetric recognition of gains and losses?, Working Paper, Faculdade de Economia, Universidade do Porto, Maio
- Mouselli, S., Jaafar, A., & Goddard, J. (2013). Accruals quality, stock returns and asset pricing: Evidence from the UK. *International Review of Financial Analysis*, 30, 203–213.
- Nguyen, P., Nivoix, S., & Noma, M. (2010). The valuation of R&D expenditures in Japan. *Accounting and Finance*, 50(4), 899–920.
- O'connell, V. (2006). The Impact of Accounting Conservatism on the Compensation Relevance of UK Earnings. *European Accounting Review*, 15(4), 627–649.
- O'Connell, V., & Sullivan, K. (2009). The Impact of Mandatory Conversion to IFRS on the Net Income of FTSEurofirst 80 Firms. *Journal of Applied Research in Accounting and Finance (JARAF)*, 3(2), 17–26.
- Ouyang, B., & Wan, H. (2013). Do Analysts Understand Conservatism? *Accounting and Finance Research*, 3(1), 1–8.
- Pae, J. (2007). Unexpected accruals and conditional accounting conservatism. *Journal of Business Finance and Accounting*, 34(July), 681–704.
- Patatoukas, P. N., & Thomas, J. K. (2011). More Evidence of Bias in the Differential

- Timeliness Measure of Conditional Conservatism. *The Accounting Review*, 86(5), 1765–1793.
- Penman, S. H., & Zhang, X. (2002). Accounting Conservatism, the Quality of Earnings, and Stock Returns. *The Accounting Review*, 77(2), 237–264.
- Pope, P. F., & Walker, M. (1999). International Differences in the Timeliness , Conservatism , and Classification of Earnings. *Journal of Accounting Research*, 37(3), 53–87.
- Pope, P. F., & Walker, M. (2003). *Ex-ante and Ex-post Accounting Conservatism, Asset Recognition and Asymmetric Earnings Timeliness*. Working paper, Lancaster University.
- Prakash, R., & Sinha, N. (2013). Deferred revenues and the matching of revenues and expenses. *Contemporary Accounting Research*, 30(2), 517–548.
- Qiang, X. (2007). The Effects of Contracting, Litigation, Regulation, and Tax Costs on Conditional and Unconditional Conservatism: Cross-Sectional Evidence at the Firm Level. *The Accounting Review*, 82(3), 759–796.
- Rahimah Mohamed, Y., Ismail, Z., & Smith, M. (2012). Ethnicity and accounting conservatism: Malaysian evidence. *Asian Review of Accounting*, 20(1), 34–57.
- Rajan, M. V, Reichelstein, S., & Soliman, M. T. (2007). Conservatism, growth, and return on investment. *Review of Accounting Studies*, 12(2–3), 325–370. Recuperado de 10.1007/s11142-007-9035-2
- Roychowdhury, S., & Watts, R. L. (2007). Asymmetric timeliness of earnings, market-to-book and conservatism in financial reporting. *Journal of Accounting and Economics*, 44(1–2), 2–31.
- Ruch, G. W., & Taylor, G. (2015). Accounting conservatism: A review of the literature. *Journal of Accounting Literature*, (34), 17–38.
- Ruch, G. W., & Taylor, G. K. (2011). Accounting Conservatism and its Effects on Financial Reporting Quality: A Review of the Literature. Rochester, Rochester:
- Ryan, S. G. (2006). Identifying Conditional Conservatism. *European Accounting*

Review, 15(4), 511–525.

Shen, Y., Liang, S., & Chen, D. (2013). Wage and Accounting Conservatism: Evidence from China. *China Journal of Accounting Studies*, 1(1), 32–46.

Sterling, R. R. (1967). Conservatism: The Fundamental Principle of Valuation in Traditional Accounting. *Abacus*, 3(2), 109–132.

Tsalavoutas, I., & Evans, L. (2010). Transition to IFRS in Greece: financial statement effects and auditor size. *Managerial Auditing Journal*, 25(8), 814–842.

Vuolteenaho, T. (2002). What Drives Firm-Level Stock Returns? *The Journal of Finance*, 58(1), 233–263.

Wang, R. Z. (2009). *Accounting Conservatism*. thesis Doctor of Philosophy in Accounting - Victoria University of Wellington, Wellington, New Zealand.

Wang, R. Z. (2013). Operating Risk and Accounting Conservatism: An Empirical Study. *The International Journal of Business and Finance Research*, 7(1), 55–68.

Wang, R. Z., HOgartaigh, C. Ó., & Zijl, tony van. (2009). Measures of Accounting Conservatism: A Construct Validity Perspective. *Journal of accounting literature: the official journal of the Fisher School of Accounting, Warrington College of Business, University of Florida*, 28, 165–203.

Watts, R. L. (2003a). Conservatism in Accounting - Part I: Explanations and Implications. *Accounting Horizons*, 17(3), 207–221.

Watts, R. L. (2003b). Conservatism in Accounting - Part II: Evidence and Research Opportunities. *Accounting Horizons*, 17(4), 287–301.

Weetman, P., Jones, E. A. E., Adams, C. A., & Gray, S. J. (1998). Profit measurement and UK accounting standards: A case of increasing disharmony in relation to US GAAP and IASs. *Accounting and Business Research*, 28(3), 189.

Xie, Y., Zheng, L., & Lau, H. L. A. (2012). Reporting incentives for Accounting Conservatism, Evidence from Asset and Equity Tunnelling. *Pacific Accounting Review*, 24(2), 138–160.

Yu, K. (2013). Block ownership and accounting conservatism. *Corporate Ownership*

and Control, 10(3), 272–293.

Zeef, S. (1982). Truth in Accounting: The Ordeal of Kenneth MacNea. *The Accounting Review*, 57(3), 528-553.

Zhang, J. (2008). The contracting benefits of accounting conservatism to lenders and borrowers. *Journal of Accounting and Economics*, 45(1), 27–54.

Zhong, Y., & Li, W. (2016). Accounting Conservatism: A Literature Review. *Australian Accounting Review*.

Anexo 1 – Resumo metodologias por autor

Autor	Fórmula	Empresa Cotada	Empresa Cotada e não Cotada
Basu (1997)	$\frac{X_{it}}{P_{it-1}} = \alpha_0 + \alpha_1 DR_{it} + \beta_0 R_{it} + \beta_1 R_{it} DR_{it} + \epsilon_{it}$	x	
Ball e Shivakumar (2005)	$\Delta NI_t = \alpha_0 + \alpha_1 D\Delta NI_{t-1} + \alpha_2 \Delta NI_{t-1} + \alpha_3 D\Delta NI_{t-1} \times \Delta NI_{t-1} + \epsilon_{it}$ (eq.1) e $ACC_t = \beta_0 + \beta_1 DCFO_t + \beta_2 CFO_t + \beta_3 DCFO_t \times CFO_t + \epsilon_t$ (eq.2)		x
Givoly e Hayn (2000)	$NA = ACT - ACO$		x
Penman e Zhang (2002)	$C_{it} = \frac{ER_{it}}{NOA_{it}}$		x
Pope e Walker (1999)	$\frac{X_{it}}{P_{it-1}} = \alpha_{1t} + \alpha_{2t} D_{it} + \beta_{1t} R_{it} + \beta_{2t} R_{it} D_{it} + \epsilon_{it}$	x	
Beaver e Ryan (2000)	$BTM_{ti} = \alpha_t + \alpha_i + \sum_{j=0}^6 \beta_j R_{t-ji} \epsilon_{ti}$	x	
Khan e Watts (2009)	$X_{it} = \beta_1 + \beta_2 D_i + R_i(\mu_1 + \mu_2 Size_i + \mu_3 M/B_i + \mu_4 Lev_i) + D_i R_i(\lambda_1 + \lambda_2 Size_i + \lambda_3 M/B_i + \lambda_4 Lev_i) + (\delta_1 Size_i + \delta_2 M/B_i + \delta_3 Lev_i + \delta_4 DSize_i + \delta_5 DM/B_i + \delta_6 DLev_i) + \epsilon_{it}$	x	
Gray (1980)	$IC = 1 - \left(\frac{LL_{atual} - LL_{antigo}}{ LL_{atual} } \right)$		x
Dichev e Tang (2008)	$Revenues_t = \alpha_0 + \alpha_1 Expenses_{t-1} + \alpha_2 Expenses_t + \alpha_3 Expenses_{t+1} + \epsilon_t$		x
Easton e Pae (2004)	$ret_{jt} = \beta_0 + \beta_1 \frac{x_{jt}}{P_{jt-1}} + \beta_2 \frac{\Delta x_{jt}}{P_{jt-1}} + \beta_3 \frac{d_{jt-1}}{P_{jt-1}} + \beta_4 \frac{\Delta ci_{jt}}{P_{jt-1}} + \beta_5 \frac{\Delta oa_{jt-1}}{P_{jt-1}} + \epsilon_{it}$		x
Callen, Segal e Hope (2010)	$CR_t = \frac{\eta_{2,t}}{Ne_{,t}}$	x	

